



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CARMIRANDA ALVES DE FREITAS

**O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL FRENTE O PROJETO ÉTICO
POLÍTICO PROFISSIONAL NA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2018-2021**

GOIÂNIA
2021

CARMIRANDA ALVES DE FREITAS

**O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL FRENTE O PROJETO ÉTICO
POLÍTICO PROFISSIONAL NA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2018-2021**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social sob a orientação da Prof.^a Dra. Maria Conceição Sarmento Padial Machado.

Linha de Pesquisa: Teoria Social e Serviço Social.

GOIÂNIA
2021

CARMIRANDA ALVES DE FREITAS

**O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL FRENTE O PROJETO ÉTICO
POLÍTICO PROFISSIONAL NA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2018-2021**

Monografia defendida no Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social. Aprovada em 08 de dezembro 2021 pela seguinte Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Conceição Sarmiento Padial Machado
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
(Presidenta/Orientadora)

Prof.^a Dra. Margot Riemann Costa e Silva
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
(Membro/Convidado)

Prof. Dr. Aldovano Dantas Barbosa
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
(Membro/Convidado)

Ao meu marido João pelo apoio e compreensão.
À minha filha Ana Vitória, pelo incentivo e parceria de sempre, você é o orgulho da
minha vida.

À minha família biológica, amor que não se mede.
À minha família adotiva, sempre no meu coração, gratidão sempre.
Às famílias e amigos que Deus me presenteou, vocês moram no meu coração.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Gratidão e alegria são as palavras mais apropriadas e que definem bem este momento.

Agradeço à Deus por me dar forças para não desistir desse sonho diante das adversidades.

A conclusão dessa monografia é um trabalho conjunto, motivo pelo qual agradeço a todos/as que de alguma forma apoiaram e contribuíram no decorrer dessa trajetória, para que eu chegasse até aqui.

À minha orientadora Prof.^a Dra. Maria Conceição S. Padial, por sua contribuição nesse processo, pelo apoio, profissionalismo e respeito.

Aos docentes do Curso de Serviço Social da PUC-Goiás, cada um contribuiu de forma especial nessa trajetória acadêmica.

À Prof. Dra. Margot Riemann Costa e Silva pela enorme contribuição na trajetória da minha formação acadêmica, também por compor a banca dessa monografia, é um grande prazer.

Ao Prof. Dr. Aldovano Dantas Barbosa por incentivar continuamente na busca do conhecimento no coletivo, ensinamentos que carregarei para a vida. Agradeço também por compor a banca dessa monografia, uma imensa alegria por essa possibilidade.

À todas (os) da Coordenação de Serviço Social da PRAE/UFG pelo acolhimento, pela coletividade e compromisso profissional. Agradeço especialmente a minha supervisora de campo Elizângela da Conceição Ribeiro, Beatriz Cristina, Paloma Mendes, Geyzon Rodrigues, Omari Ludovico e Cristina Gusmão, muito obrigada pela enorme contribuição.

À Sabrine Gabrielle Silva Carneiro, por sua contribuição na produção deste trabalho, sempre com esmero e dedicação, mesmo diante da sua grande perda familiar. Não tenho palavras que possam descrever, então digo que este trabalho também é seu, muito obrigada por tudo.

À Ana Vitória Alves de Freitas, minha filha, por revisar este trabalho e contribuir até o último momento.

À todas (os) que compuseram a saudosa turma C01- 2017/1 e 2, os tenho no coração como vidas especiais que são presentes de Deus nessa caminhada. Em especial:

À Alba Lucínia, Yara Lemes, Kêmilly Santos pelo apoio e carinho de sempre.

À amiga e Assistente Social Lisianne Lima de Santana, muito obrigada pelo apoio e incentivo para superar os desafios do cotidiano.

Às professoras Lisa Valéria e Raquia Rabelo da UNATI/PUC, por contribuírem nesse processo sempre com palavras de apoio e incentivo.

*Cada um lê com os olhos que tem.
E interpreta a partir de onde os pés pisam.
Todo ponto de vista é a vista de um ponto.*

(Leonardo Boff)

RESUMO

O tema da monografia surgiu a partir da inserção no campo de estágio supervisionado realizado na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Goiás (PRAE/UFG) entre o período de 2018 a 2020, não sendo possível a conclusão do semestre de 2020, devido a pandemia da Covid-19. A pesquisa tem como foco o trabalho profissional de assistentes sociais na Política Pública de Educação Superior na particularidade da Assistência Estudantil. O objetivo da pesquisa é investigar os desafios e avanços do Serviço Social frente o Projeto Ético Político profissional, na defesa e efetivação da Política Pública de Educação Superior como direito social, contribuindo nas condições de acesso e permanência do estudante na universidade. Nessa monografia, contextualiza-se o processo histórico da educação superior no Brasil que desde sua gênese se apresenta elitista, mercantilista e excludente, impossibilitando a materialização da educação como direito social em sua plenitude. Aponta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como estratégia para a permanência e conclusão da graduação. Aborda a criação, execução e acompanhamento de programas e projetos que visam dar as condições necessárias para o acesso, permanência e conclusão do ensino superior. Retrata o trabalho do Serviço Social neste espaço Sócio-ocupacional articulado ao Projeto Ético Político Profissional. A pesquisa baseou-se em fontes bibliográficas e documentais, como os relatórios de gestão entre os anos de 2018 a 2021, atas de reuniões, avaliação socioeconômica, entrevista e parecer social, reuniões coletivas com estudantes e assistentes sociais e produções científicas. Como conclusão identificou-se que em tempos e condições adversas como as atuais, os desafios e limitações estão postos no cotidiano profissional dos assistentes sociais, que enfrentam o retrocesso, a retirada de direitos e os cortes nos recursos destinados as Universidades Públicas.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Educação Superior; Serviço Social; Trabalho Profissional.

ABSTRACT

The topic of this monography stems from the insertion in the supervised internship field in the Student Assistance (PRAE) of the Federal University of Goiás (UFG), in the period between the years 2018 to 2021, not being possible the conclusion of the semester of 2020, due to the pandemics of Covid-19. This research focuses on the professional work of social workers in the Public Policy of College Education, particularly the Student Assistance. The objective of this work is to investigate the challenges and advances of Social Service front the Professional Political Ethical Project, in defense and effectuation of the Public Policy of College Education as a social right, contributing to the conditions of access and permanence of the student in the university. In this monographic work, the historical process of the higher education in Brazil is contextualized and presents itself, from its genesis, as elitist, mercantilist and exclusionary, making it impossible for the materialization education as a social right in its whole extension. This study presents the National Program of Student Assistance (PNAES) as a strategy for the permanence and conclusion of graduation. It approaches the creation, execution and the follow-up of programs and projects that enable the necessary conditions to the access, permanence and conclusion of the superior education. It also depicts the work of Social Service in this socio occupational space articulated to the Professional Political Ethical Project. This research was based on bibliographic and documentary sources, such as management reports between the years 2018 to 2021, meeting minutes, socioeconomic assessment, interview and social opinion, collective meetings with students and social workers and scientific productions. As a conclusion, it was identified that in adverse times and conditions such as the current ones, challenges and limitations were placed in the professional routine of social workers, who face setbacks, the withdrawal of rights and cuts in resources destined to Public Universities.

Key words: Student Assistance; College Education; Social Service; Professional Work.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Processo do atendimento estudantil.....	48
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEPSS** – Associação Brasileira de Estudos e Pesquisa em Serviço Social
- ANDIFES** – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
- CBCISS** – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços Sociais
- CBAS** – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CEP** – Código de Ética Profissional
- CEUs** – Casas de Estudantes Universitários
- COPPE** – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia
- CFESS** – Conselho Federal de Serviço Social
- CSS** – Coordenação de Serviço Social
- DAC** – Departamento de Assuntos Comunitários
- ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio
- ERE** – Ensino Remoto Emergencial
- FONAPRACE** – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- IFES** – Instituições Federais de Ensino Superior
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- PEC** – Proposta de Ementa Constitucional
- PEPP** – Projeto Ético-Político Profissional
- PNAES** – Programa Nacional de Assistência Estudantil
- PRAE** – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
- PROCOM** – Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária
- PROMOVER** – Programa de Mobilidade Virtual em Rede
- PUC** – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
- REUNI** – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
- SISU** – Sistema de Seleção Unificada
- UFG** – Universidade Federal de Goiás
- UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UNE** – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL	14
1.1 A emergência do Serviço Social como profissão	18
1.2 <i>A formação do projeto ético-político</i>	21
1.3 <i>Projeto societário e projeto profissional</i>	24
1.4 <i>Projeto ético-político e as dimensões do trabalho profissional</i>	28
2. O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA	33
2.1 <i>O Contexto Histórico da Política Pública de Educação Superior Brasileira</i>	35
2.2 <i>O Serviço Social e a Educação Superior Pública</i>	40
2.3 <i>O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como estratégia de efetivação da assistência estudantil como direito social público</i>	42
3. O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL NA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (PRAE/UFG)	47
3.1 <i>Contexto histórico da Universidade Federal de Goiás e da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)</i>	47
3.2 <i>Assistência Estudantil na Universidade Federal de Goiás</i>	49
3.3 <i>O trabalho dos Assistentes Sociais na Política Pública de Educação Superior</i> ..	51
3.4 <i>O trabalho profissional dos Assistentes Sociais na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)</i>	57
4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	63
REFERÊNCIAS	66

INTRODUÇÃO

A presente monografia é a exposição da pesquisa que tem como objeto o trabalho profissional das/os assistentes sociais que atuam com a Política Pública de Educação Superior na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Goiás (UFG), no período de 2018 a 2021. Este trabalho faz parte da linha de pesquisa Teoria Social e Serviço Social da PUC Goiás, do Grupo Ontologia Marxiana, Trabalho, Educação e Luta de Classes coordenado pela Profa. Maria Conceição Sarmiento Padial Machado.

Esta monografia foi construída durante o contexto de crise sanitária ocasionada pelo surto da COVID-19¹. O momento imposto pela pandemia, trouxe a exigência do isolamento social como forma de contenção e prevenção da doença.

Durante a realização da pesquisa muitas condições adversas foram enfrentadas, entre elas, a suspensão das aulas presenciais, tendo o ensino remoto como modalidade central para o momento. Assim, a coleta de dados que constituía a pesquisa de campo, e seria realizada com os Assistentes Sociais da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UFG), não pode ser realizada.

O interesse pela temática “Política Pública de Educação Superior”, tem como fundamento o estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social realizado na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Goiás (PRAE/UFG). A pesquisa teve como objetivo geral apreender os desafios e avanços do Serviço Social no processo de construção do Projeto Ético-Político Profissional.

Esse trabalho monográfico teve como problema norteador, entender como as/os Assistentes Sociais da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Goiás (PRAE/UFG), trabalham a Política Pública de Educação Superior, na particularidade da assistência estudantil, como forma de defesa e efetivação da educação como direito social, para contribuir nas condições de acesso e permanência do estudante na universidade.

A tese que conduziu este trabalho é a de que, historicamente a educação em nosso país foi criada pela elite e para a elite, bem como as políticas educacionais, impossibilitando a inclusão das classes empobrecidas no espaço acadêmico.

¹ Doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave, que provoca infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves (FREITAS, ALVES, CARNEIRO, LEMES, p. 11, 2020).

Diante de uma educação elitista, mercantilizada e excludente a educação enfrenta enormes desafios, sendo impossível nesse sistema capitalista, a materialização da educação como direito social público em sua plenitude, sendo também impossível a garantia das condições de acesso e permanência do estudante na universidade.

Para subsidiar a realização da pesquisa, norteou-se pelos fundamentos teórico-metodológicos na perspectiva dialética, que para Minayo (1994, p. 24-25) “a Dialética pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a inferioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos”.

Para o estudo, foram utilizadas pesquisa documental e bibliográfica, visto que, a pesquisa de campo não pôde ser realizada devido ao contexto pandêmico e à ausência de tempo necessário para a sistematização.

Entre os autores que referenciam este estudo, destaca-se, Abramides (2019), Barroco (2010), Iamamoto (2015), Frigotto (2010), Guerra (2014, 2017) e Netto (2011, 2015, 2020). São autores que abordam o processo de construção do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, da formação profissional do Assistente Social e sobre os avanços e retrocessos da educação superior pública. Como documentos apropriou-se de legislações, documentos institucionais publicados em rede, relatórios institucionais, entre outros.

Este trabalho está estruturado em introdução, três capítulos e algumas considerações. No primeiro capítulo aborda-se a contextualização histórica do Serviço Social, por conseguinte sua emergência como profissão.

O capítulo seguinte aborda o Serviço Social e a Educação Pública Superior retratando a história da Política de Educação Superior e a Criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como direito social.

Finalmente, o terceiro e último capítulo analisa-se o Trabalho do Assistente Social frente o Projeto Ético-Político Profissional na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Goiás (PRAE/UFG).

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

*Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de re-invenção da vida construídas no cotidiano, por meio das quais são recriadas formas novas de viver, que apontam para um futuro que está sendo germinado no presente.
(IAMAMOTO, 2015).*

Em sua gênese, a profissão teve uma forte influência europeia e, posteriormente, após a segunda Guerra Mundial, a influência foi norte americana; seu fundamento filosófico conservador europeu, que Iamamoto (2015), vai definir como “arranjo teórico doutrinário”, com bases no discurso humanista cristão, mais o suporte técnico-científico com inspiração na teoria social positivista, que visa moldar e enquadrar o indivíduo à sociedade.

O Serviço Social vai receber duas influências, primeiramente, a europeia vinda das Encíclicas Papais, a “*Rerum Novarum*”, do Papa Leão XIII, em 1891, e quarenta anos depois, a “*Quadragesimo Anno*”, do Papa Pio XI, em 1931 (IAMAMOTO, 2015).

A segunda influência é a do funcionalismo Norte-Americano, baseado em técnicas de atuação, ele se apresenta como a práxis e metodologia de trabalho, o como fazer, que traz para a profissão o trabalho de caso, grupo e comunidade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Para Netto (2011), a soma dessas influências vai gerar no Serviço Social brasileiro uma mistura, que ele define como “sincretismo ideológico”, ou seja, a profissão vai importar uma forma de pensar, de ser e ver o mundo e seu modo de produção na sociedade capitalista burguesa, sem a leitura crítica da realidade.

O Serviço Social foi marcado por fundamentos históricos e teóricos permeados por diferentes concepções, como o pensamento tomista, ligado à Igreja Católica, à teoria positivista e ao conservadorismo, com a percepção de cunho moral e doutrinário, ligada as ações sociais de caridade e filantropia.

No processo histórico de sua gênese, o Serviço Social nasce na sociedade brasileira na década de 1930, período em que a profissão se institucionaliza no Brasil, para atender as novas demandas da sociedade.

Devido ao processo de desenvolvimento industrial e urbano, há um aumento da população e da classe trabalhadora, como também o crescimento das desigualdades e contradições decorrentes do capitalismo em sua fase monopolista (NETTO, 2011).

No decorrer da história da profissão há avanços e retrocessos, que possibilitam questionar a atuação profissional em busca de um outro fundamento e direção no sentido de ultrapassar o senso comum, na direção de romper com o conservadorismo, o pragmatismo e suas tendências de ajuda e benevolência (BRANDÃO, 2010).

Nas análises de Iamamoto e Carvalho (2014), para entender o significado social da profissão, é necessário compreender as relações sociais de produção e reprodução da vida social, e o desenvolvimento do sistema capitalista, os principais fatos e acontecimentos no Brasil, como também a reconstrução histórica do Serviço Social. Nesse momento primordial, o profissional de Serviço Social é requisitado pelo Estado para atuar na chamada questão social, que é a expressão das desigualdades econômicas, políticas e sociais existentes na passagem do capitalismo em sua fase concorrencial para a fase monopolista, ou seja, para a fase dos monopólios (NETTO, 2011).

As manifestações e desigualdades se materializam na vivência da classe trabalhadora com o crescente desemprego, a pobreza, a fome, a violência, a falta de acesso a saúde, a habitação, a educação de qualidade. O Serviço Social apresenta-se para responder ao agravamento das inúmeras expressões da questão social, isso se dá através da articulação realizada por três instituições, a Igreja Católica, o Estado e o Mercado, como forma de intervenção nos problemas sociais (IAMAMOTO, 2015).

Assim, a questão social é conduzida ao centro da agenda pública, em resposta ao fortalecimento das lutas sociais e dos movimentos populares da classe trabalhadora, que se organizou contra a ditadura militar instalada no Brasil em 1964.

Segundo Iamamoto (2015), as expressões da questão social são o objeto de trabalho do assistente social, essa é a base do significado da profissão na sociedade brasileira. A profissão carrega uma contradição em sua atuação, de um lado atende a requisição do Estado, da empresa ou da instituição que o contrata, para responder as demandas dos trabalhadores, no sentido de acalmar a classe trabalhadora nas tensões sociais.

De outro lado, o Assistente Social, trabalha com o objetivo de decifrar a gênese das desigualdades sociais, em um contexto de acumulação capitalista, com foco na questão social e suas manifestações.

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade, para atender as necessidades sociais postas no desenvolvimento da sociedade capitalista versus o crescimento de exploração da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2015).

A elevação do Serviço Social como profissão, de acordo com Silva (2013), foi marcada por contradições e tensões sociais, que tem sua origem na contradição histórica da relação entre o capital e trabalho. Contradições que ainda permeiam a profissão, com práticas conservadoras e meritocráticas, pois a luta contra o conservadorismo é permanente, de modo que passamos por várias transformações, tanto no Brasil como no mundo, e essas mudanças podem de alguma forma, influenciar a prática profissional dos assistentes sociais.

Nessa perspectiva, Pontes (2010), aponta a necessidade do conhecimento científico, no sentido permanente de romper com a tradição positivista e conservadora, que quer controlar, fiscalizar e disfarçar as imperfeições da realidade social.

A profissão busca uma direção e fundamentação na perspectiva crítico-dialética, não somente no empenho de conhecer os processos históricos, que estruturam a sociedade capitalista, mas no processo de desvelar e apontar as forças políticas, econômicas, sociais e culturais de ruptura da ordem social atual.

A partir de outra ótica, o Serviço Social traz os seus princípios fundamentais e suas dimensões constitutivas profissionais que influenciaram e influenciam no enfrentamento das inúmeras expressões da questão social. É importante destacar estas dimensões, pois elas não se separam, e no âmbito da atuação profissional, possuem o mesmo nível de grau e importância.

Para Guerra (2017, p. 50), “a profissão em seu processo histórico, nos permitiu continuar e avançar no desvendar da realidade social, na perspectiva crítica histórica de como ver o mundo e a sociedade para além da aparência”.

É essencial entender as dimensões constitutivas da profissão e seus conceitos, tanto para romper com ideologias conservadoras, como para o exercício profissional. As dimensões apontam para a direção, o caminho da construção de marcos significativos e determinantes para o Serviço Social brasileiro.

Assim, a dimensão teórico-metodológica oferece ao profissional a possibilidade de leitura dos processos sociais, de compreensão do significado social da sua ação, o que permite uma explicação da dinâmica da vida social na sociedade capitalista, ou seja, a teoria como instrumento de análise da realidade concreta (IAMAMOTO, 2015).

Na dimensão ético-política, implica planejar a ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população. É a dimensão responsável pela avaliação das consequências de nossas ações ou a não avaliação dessas consequências: demonstra as diferentes posições e direções que possuem a sustentação teórica. Esta dimensão traz a reflexão e comprometimento com nosso Projeto Ético Político, em defesa da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho.

A partir da regulamentação do novo Código de Ética Profissional (CEP/1993), a ética passa a ser o referencial para os encaminhamentos práticos e expressa o posicionamento político dos assistentes sociais diante da conjuntura social, política e econômica no Estado neoliberal.

Para Barroco (2010, p. 206), “a ética expressa a nossa posição profissional em defesa da liberdade, da universalidade de direitos, da igualdade, da democracia e justiça social”. Essa dimensão refere-se a perspectiva crítica dos valores morais existentes na sociedade.

Segundo Guerra (2017), considera-se que a dimensão técnico-operativa constitui o nosso modo de aparecer, como a profissão é conhecida na sociedade. Responde as questões para que fazer, para quem fazer, quando e onde fazer, o que fazer e como fazer, remetendo às competências instrumentais, pelas quais a profissão é reconhecida e legitimada.

Essa dimensão está ligada ao momento da intervenção, da operacionalização da prática profissional, com estratégias e táticas para intervir na realidade social. Os instrumentos e técnicas são partes constitutivas do instrumental técnico operativo, pertencem ao âmbito da operacionalização da ação profissional, é o momento da nossa intervenção/ação, quando criamos e utilizamos estratégias e táticas para intervir na realidade social, ou seja, é a operacionalização da práxis profissional, que caminha junto com as outras dimensões.

Para tanto, se faz necessário que uma profissão investigativa e interventiva como o Serviço Social encontre os meios e as mediações que lhe permitam fortalecer as dimensões constitutivas da profissão.

1.1 A emergência do Serviço Social como profissão

Para compreender a emergência do Serviço Social brasileiro é imperativo apreender o cenário histórico social do surgimento da profissão. Quais as condições sociais, políticas e econômicas, qual o posicionamento do Estado, das políticas sociais? Qual o posicionamento das lutas de classe?

Nessa perspectiva histórica e dialética, José Paulo Netto, em sua obra *Capitalismo Monopolista*, traz uma análise da gênese do Serviço Social e suas particularidades no contexto do capitalismo (NETTO, 2011).

Há algumas particularidades histórico sociais para o surgimento da profissão, não é possível conceber o Serviço Social somente na especificidade da questão social, sendo que a profissão nasce em um momento particular que é a era monopólica, o capitalismo dos monopólios, pós-período concorrencial (NETTO, 2011).

Em sua gênese histórica, a profissão vai surgir na ordem burguesa, no período da crise do capitalismo concorrencial e o surgimento do capitalismo monopolista, que acentua as desigualdades sociais e econômicas, a exploração e as múltiplas manifestações da questão social (IAMAMOTO, 2015).

O Serviço Social é acionado pelo Estado burguês, como mecanismo para garantir o controle da classe trabalhadora, assegurando o aprofundamento do capitalismo no Brasil (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Com a refuncionalização do poder do Estado, o capitalismo vai capturar o mesmo para assegurar a sua expansão e atender aos interesses e demandas dos grandes capitalistas, que comandam as estratégias políticas (NETTO, 2011).

Nessa tese, Netto defende o Serviço Social como uma profissão técnica na divisão social do trabalho. É o processo de institucionalização e emergência do Serviço Social. No clássico esboço de uma interpretação histórico-metodológica, a institucionalização do Serviço Social surge para “responder a necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O Estado vai se legitimar com a implementação de políticas sociais, como forma de manter a ordem e conter os conflitos, numa constante correlação de forças

vinculada ao conflito entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 2015). Assim, a profissão é requisitada pelo Estado para atuar no controle da força de trabalho, por meio de políticas públicas e sociais.

Iamamoto e Carvalho (2014) destacam que a atuação do Assistente Social:

responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 81).

As políticas sociais vão atender tanto as demandas da classe trabalhadora quanto as demandas do capital e da burguesia. É a questão social como responsabilidade do Estado, mas essas mazelas e expressões vão receber um tratamento moralizante, de cunho conservador (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Isso vincula a questão social a uma abordagem natural, como problema individual, responsabilizando o indivíduo por suas dificuldades, altera a forma como é tratada, em sua dimensão pública e privada, não fazendo a análise histórica e social das expressões da questão social (SANTOS, 2017).

Há quatro décadas iniciou-se a construção coletiva do Projeto Ético Político do Serviço Social, processo que é trilhado pela profissão desde o conhecido “Congresso da Virada de 1979”, ou a “A Virada do Serviço Social brasileiro” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Analisar e apreender o significado dessa construção é um constante e permanente desafio. Pensar e compreender o antes e o pós da “Virada”, quais as condições construídas para que fosse possível este momento? Quais foram as estratégias e mecanismos que possibilitaram virar o jogo? (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Vivenciamos outra conjuntura social, política e econômica, mas há anseios contínuos por mudanças, inspirados naquele mesmo processo de construção coletiva.

Portanto, o Serviço Social enquanto área do conhecimento e ação profissional é formado por profissionais e sujeitos coletivos de ação política com condições de repensar a sua prática e contribuição para consolidar e ampliar as conquistas democráticas na sociedade.

Nas considerações de Silva (2013, p. 216), pontua que “é necessário construir e reconstruir estratégias e mediações rumo ao aprofundamento dos direitos e da emancipação humana”.

Em tempos de conservadorismo reacionário no Estado brasileiro, qual o legado histórico desse projeto nos é deixado? As “velhas e novas” gerações de profissionais comprometidos com a classe trabalhadora, que fazem e apresentam uma leitura e análise da realidade social.

Análise que desvela a causa prioritária das desigualdades históricas entre os homens, diante de um sistema capitalista que intensifica as expressões da questão social, como o crescente subemprego, a exclusão social e a cognição individualista.

Conforme exposição de Silva (2013, p. 125), “o Serviço Social emerge como uma profissão privilegiada e socialmente legitimada para atuar na questão social, a fim de aperfeiçoar os moldes, as formas para controlar as sequelas sociais”.

Cada contexto histórico requer estratégias e ações ampliadas no enfrentamento da crise estrutural do capitalismo. Assim, a construção coletiva permanece, no sentido de solidificar a profissão em defesa do projeto societário, na defesa dos direitos humanos e sociais (CEP/1993).

Os princípios éticos que norteiam a intervenção profissional do Assistente Social, conforme o Código de Ética Profissional (CEP/1993), trazem a defesa intransigente da liberdade como valor ético central, como também a defesa dos direitos humanos e a recusa de qualquer autoritarismo.

Na graduação, quando começamos a estudar o Código de Ética e seus princípios fundamentais para o exercício profissional, deparamos com uma síntese de um projeto em contínua construção coletiva.

Iniciamos o estudo dos onze princípios fundamentais do Código de Ética, refletimos e analisamos como fora o seu processo e construção histórica, com sujeitos históricos e sociais que vislumbraram novas perspectivas para a profissão.

Com novas perspectivas o Serviço Social em sua trajetória, como exposto no artigo de Machado (1999), apropria-se e assume uma postura marxiana, com outro olhar que ultrapassa a ideia de moldar e integrar o homem a sociedade, analisando que a forma de produção e reprodução social, é que gera as desigualdades, a exclusão social e as manifestações da questão social.

O Serviço Social assume uma postura marxiana, analisando que o modo de produção e reprodução social é a causa prioritária das desigualdades sociais, como afirma (IAMAMOTO, 2015, p. 25), “desigualdades sociais sempre existiram e existirão”, pois, a forma de produção e apropriação social gera as desigualdades, para manter a dominação de classe.

Historicamente, o objeto do Serviço Social no Brasil, tem sido delimitado em virtude das conjunturas políticas e socioeconômicas do país, sempre considerando as perspectivas teóricas e ideológicas orientadoras da intervenção profissional.

Um marco histórico no processo de organização da categoria e reestruturação do Serviço Social, aconteceu em São Paulo, no ano de 1979, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), mais conhecido como “Congresso da Virada” (IAMAMOTO, 2015).

Com uma nova direção social para a profissão, o projeto de formação profissional apresenta sua maturação intelectual e organização política, aptos para fazer o debate da realidade brasileira, após ditadura militar, ampliando a legitimação profissional, na defesa dos diferentes segmentos dos trabalhadores, e em sua identificação como classe trabalhadora, assalariada, que vende sua força de trabalho.

O Serviço Social, na década de 1980, tem sua reconstrução profissional, com uma fundamentação teórico-metodológica, que permite pensar a própria profissão e suas práticas, na história brasileira.

É o enfrentamento, junto a sociedade, em relação aos direitos humanos, à defesa da democracia, da cidadania, da justiça social. Que permite aos assistentes sociais a capacidade de defender e efetivar direitos nas demandas cotidianas.

Iamamoto (2015) destaca que, mesmo que a profissão tenha sua relação com o Estado monopolista, no enfrentamento da questão social em suas inúmeras expressões (como a violência, a pobreza, o desemprego, a fome, a falta de moradia adequada, a falta de acesso à saúde, a falta de condições de acesso e permanência na universidade etc.), os assistentes sociais, no seu trajeto histórico, atuam no âmbito das políticas sociais públicas, para viabilizar os serviços sociais.

É fundamental reconhecer as relações sociais, como o poder de classe, pois as relações sociais permitem a apreensão das formas jurídicas, políticas, religiosas e artísticas. Portanto, é essencial para o exercício profissional decifrar as práticas sociais e como os sujeitos vivenciam as mesmas. É recriar o exercício profissional na condição de renovar e ampliar seu entendimento da realidade social, para sua intervenção.

1.2 A formação do projeto ético-político

O Serviço Social brasileiro, a partir dos anos de 1980, busca romper com a influência do conservadorismo presente em sua gênese, essa influência refletiu na sua prática, na sua formação e trabalho profissional (NETTO, 2020).

Na análise de Netto (2020), a construção de um novo Projeto Ético Político profissional, datado desde os anos oitenta, está ligado ao movimento dos trabalhadores na luta pelo fim do regime ditatorial e a exigência de transformações democráticas, políticas e sociais na sociedade brasileira. Essa construção se inicia nos anos oitenta e continua até os dias de hoje.

Nesse contexto, a profissão passa a constituir suas bases profissionais alicerçadas em novos tempos. É uma mudança fundamentada na teoria social crítica marxista, não apenas no campo teórico-metodológico, é uma transformação conceitual, formativa, é ético-política, e é técnico-operativa.

Iamamoto (2015) conceitua também que o rompimento do Serviço Social com o conservadorismo ocorreu não somente pelo marco histórico do “Congresso da Virada”, mas pelo fato de que a profissão se legitimou no âmbito acadêmico e, portanto, firmou-se como uma área de produção de conhecimentos.

Para além do atendimento das necessidades imediatas, a atuação profissional irá avançar em direção ao processo de politização e conscientização numa perspectiva de classe. Essa é a dimensão do Projeto Ético Político da profissão, na direção e luta a favor da equidade e justiça social, na expectativa da universalização do acesso aos bens e serviços, respectivos às políticas e programas sociais. Na busca por ampliar, preservar e consolidar a cidadania, na efetivação dos direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora (NETTO, 2020).

A proposta do trabalho profissional na perspectiva de resistência e de contribuir com o processo de conscientização perpassa pelo amadurecimento da profissão, o processo de renovação profissional, ou seja, a ruptura e modernização do Serviço Social, acontece em Belo Horizonte, é o método de BH, que demonstra a ruptura com o conservadorismo na atuação profissional (BARROCO, 2010). Essa autora também vai afirmar que nesse contexto:

o clima favorecedor de rupturas coexiste com reações conservadoras; é nesse movimento entre a construção do novo e a luta pela conservação do instituído que podemos situar as condições socioculturais para a transformação ou conservação dos valores sociais inscritos na ética profissional (BARROCO, 2010, p. 112).

A elaboração dos Códigos de Ética Profissional dos anos 1960 e 1970 continuam embasados na tradição conservadora. No cenário brasileiro, com a violência do regime militar, com as prisões, torturas, perseguições e exílios políticos, há uma reorganização da classe operária, do movimento estudantil, profissionais e estudantes do Serviço Social, se unem em oposição à ditadura e na luta pela democracia (CFESS, 2012).

Esse processo político influenciou o Serviço Social brasileiro, em sua aproximação com a teoria marxista, o que possibilita uma prática profissional comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

Barroco (2010) destaca, e considera que o Código de 1975 até 1986, ainda permanecia com a vigência do tradicionalismo na profissão, ou seja, o ethos profissional tradicional, a forma de pensar, atuar e intervir na questão social com fundamentos teóricos da fenomenologia.

O amadurecimento teórico e político da profissão nos anos oitenta traz marcos históricos fundamentais para a categoria. Em 1979, é aprovado currículo mínimo obrigatório para todas as escolas de Serviço Social, e em 1993, o grande marco, com aprovação da Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão, como também a instituição do Código de Ética de 1993 (CFESS, 2012).

Com o avanço na formação e elevação profissional, os instrumentos legais e a elaboração das Diretrizes Curriculares irão possibilitar o processo de construção do Projeto Ético Político Profissional.

Nas exposições de Abramides (2019), a renovação do Serviço Social brasileiro e a construção do Projeto Ético Político Profissional não ocorreu de forma linear, pelo contrário, há avanços e retrocessos.

Netto (2015) traz um estudo detalhado sobre o processo de teorização do Serviço Social, são reflexões na busca por uma renovação do Serviço Social no Brasil. Nesse processo, em busca de uma modernização profissional, acontece durante a Ditadura Militar o primeiro encontro, em Araxá, na cidade de Minas Gerais no ano de 1967, é o conhecido Seminário de Araxá. Depois na cidade do Rio de Janeiro, acontece o Seminário de Teresópolis, que também produziu debates, reflexões e questionamentos sobre a prática profissional, ou seja, o método e a intervenção profissional (NETTO, 2015).

Os Seminários foram promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS). Foram produzidos documentos

importantes para a categoria e para o exercício profissional, no sentido de aprofundar o estudo sobre a prática e sua atuação, diante das condições sociais e políticas da realidade brasileira (NETTO, 2015).

Entre os avanços e retrocessos, vieram os encontros de Sumaré em 1978, e o Seminário do Alto da Boa Vista no final de novembro de 1984, sobre os quais Netto relata que “ressoam as formulações da vertente renovadora a que denominamos reatualização do conservadorismo” (2015, p. 258). Esses são marcos históricos na perspectiva de ruptura com o conservadorismo presentes na profissão desde sua gênese, com outras formas e roupagens, ou seja, a modernização conservadora.

Os fundamentos históricos teóricos e metodológicos do Serviço Social foram construídos nesses encontros, nos documentos produzidos, por meio de profissionais que pensavam e discutiam a teoria e metodologia do Serviço Social no Brasil (ABRAMIDES, 2019).

O movimento de reconceituação do Serviço Social acontece a partir das condições sociais, históricas e econômicas na sociedade brasileira. Mesmo sendo um movimento latino-americano, há um questionamento global sobre a profissão, seus fundamentos e sua direção social na prática profissional (NETTO, 2015).

O método de Belo Horizonte, também conhecido como o movimento da Virada, realizado em 1979, marca a intenção de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, por meio da interlocução com as ciências sociais (NETTO, 2020). O Conselho Federal do Serviço Social (CFESS, 2009), também pontua a importância desse momento para a profissão:

Nesse processo, se construiu um novo ethos marcado pelo posicionamento de negação do conservadorismo e de afirmação da liberdade. Valores e princípios foram se reafirmando na vida cotidiana através da participação cívica e política, do trabalho, da vivência e enfrentamento de novas necessidades e escolhas e posicionamentos de valor, da recusa de papéis tradicionais, da incorporação de novos referenciais éticos-morais, entre outros aspectos (CFESS, 2009, p. 17).

Para Iamamoto (2015) o “Congresso da Virada” é o momento que irá marcar a contemporaneidade do Serviço Social, é o posicionamento ético político profissional na defesa da classe que vive do trabalho.

1.3 Projeto societário e projeto profissional

Os projetos profissionais e societários, se vinculam, pois estão direcionados aos projetos coletivos, compõem dimensões e propostas, com uma direção na busca por uma nova ordem social (CFESS, 2012). Os projetos societários tanto podem ser conservadores ou transformadores, dependendo da sua direção e dimensão social e política. A atuação profissional imprimiu uma direção social em nossas ações, que está ligada ao movimento das contradições entre as classes sociais.

A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social e a revisão que deu origem ao Código de Ética de 1993, traduz a visão, o projeto de sociedade que defendemos, e traz o reconhecimento da liberdade como valor central e direito ético (NETTO, 1999). Assim, o autor ainda observa que:

este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor, a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 1999, p. 15).

É fundamental analisar a materialidade desse Projeto no cotidiano, portanto, se faz necessário ter conhecimento e pensar o tempo presente para além da profissão. Na trajetória de construção do Projeto Ético Político, a profissão traz as bases da sua regulamentação e constituição, nas dimensões da formação, da intervenção profissional, da filiação à teoria crítica marxista e a produção teórico-metodológica (IAMAMOTO, 2015).

A consolidação desse projeto político se materializa por meio do Código de Ética de 1993, das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) e demais documentos e resoluções emitidas pelas entidades representativas do serviço social como profissão e formação profissional.

Na década de 1990 com a consolidação da profissão e o amadurecimento teórico do Serviço Social, a profissão vai requerer um olhar crítico para a conjuntura, no sentido de desvendar e interpretar as contradições do sistema capitalista, no enfrentamento das expressões da questão social (IAMAMOTO, 2015).

No processo de redemocratização do país, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a profissão em sua construção coletiva vai trazer um avanço na concretização do projeto profissional, com um conjunto de valores, saberes e escolhas, que são elementos essenciais para a efetivação do Projeto Ético Político Profissional (NETTO, 2015).

A construção histórica do Projeto Ético Político do Serviço Social Brasileiro materializou-se com ações de profissionais e estudantes para lutar pela redemocratização do país. O Serviço Social participou da luta pelo processo democrático no país, em conjunto com os movimentos populares, sociais e sindicais que também ansiavam pela democracia (IAMAMOTO, 2015).

No cenário da formação profissional, há também mudanças, na busca por uma qualificação técnica e acadêmica, diante das mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas na sociedade brasileira e na América Latina. Há a construção de um novo perfil de profissional, com condições para atuar e intervir nas diferentes manifestações da questão social (NETTO, 2015).

No âmbito da universidade como espaço legitimado de educação e formação profissional, foi possível a construção de um conhecimento teórico, que permitiu fazer interlocuções com as ciências sociais, como também, a legitimação do Serviço Social como área do conhecimento, com produções teóricas próprias sobre o Serviço Social Brasileiro (IAMAMOTO, 2015).

No interior da categoria há o repensar da prática profissional, com novos valores, não mais com intervenções pautadas no conservadorismo, mas com princípios éticos e políticos, que emergiram com as conquistas dos direitos civis e sociais, na efetivação das políticas públicas (ABRAMIDES, 2019).

O marco histórico do Projeto Ético Político, é o rompimento com o conservadorismo, pautado na teoria social crítica, com uma dimensão ampla, macroscópica, com estratégias que contribuíram na construção de uma nova sociabilidade, na perspectiva da cidadania, da democracia e da emancipação política e humana (NETTO, 2015).

Os princípios que fundamentam o Código de Ética profissional desse projeto, são ousados, no reconhecimento e defesa do aprofundamento da democracia, tem como base o compromisso com os valores democráticos na construção de uma nova cidadania, esses princípios estão norteados no processo de construção coletiva em pensar a profissão para além dos muros acadêmicos, com novos caminhos sociais.

É no contexto da reorientação profissional que lamamoto (2015, p. 78), declara a respeito dos princípios constantes no Código de Ética “são focos que vão iluminando os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria”. É um projeto que tem ousadia, inovação e coragem para romper com o individualismo presente na contemporaneidade e, assim afirmarmos que somos classe trabalhadora, e que a profissão tem o seu brilho diante de tempos tão sombrios.

Nas palavras de lamamoto (2015, p. 78), esses princípios “não pode[m] ser um documento que se “guarda na gaveta”: é necessário dar-lhe vida por meio dos sujeitos” e, assim destacamos os princípios do Código de Ética Profissional do Serviço Social:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993).

Está dentre os princípios do referido Código a defesa intransigente da equidade e da justiça social para todos, assegurando a universalização dos bens e riquezas

produzidas socialmente, bem como o acesso aos programas e políticas sociais (BRASIL, 1993).

Nas análises de Iamamoto (2015), a autora pontua o repensar a profissão nos tempos atuais no sentido de preservar e ampliar as conquistas democráticas na sociedade brasileira, em defesa da classe trabalhadora, juntamente com outras categorias que partilhem deste mesmo princípio.

1.4 Projeto ético-político e as dimensões do trabalho profissional

Com a elevada desigualdade social, as manifestações da questão social emergem a cada dia, como subemprego, violência, miséria, crise sanitária, crise ambiental, criminalização da pobreza, exclusão social, dentre outras (IAMAMOTO, 2015). A dimensão política do Serviço Social luta pela liberdade como valor central e está relacionada aos princípios fundamentais do Projeto Ético Político da profissão, na direção e posicionamento para o enfrentamento dos desafios contemporâneos. Ainda sobre o crescimento das manifestações da questão social na atualidade, a autora expõe o seguinte:

Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela questão social integram determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história (IAMAMOTO, 2015, p. 156).

No contexto de crise econômica, política, social e sanitária, os desafios se ampliam para os assistentes sociais. Isto é, o trabalho profissional diante de um Estado neoliberal com políticas públicas seletivas e fragmentadas requer o conhecimento da realidade por meio de pesquisas e trabalhos estratégicos no enfrentamento dessas expressões.

É necessário um profissional crítico, propositivo, inovador, que articule as dimensões constitutivas da profissão com o fazer profissional, no enfrentamento das manifestações da questão social, que no contexto de crise estrutural sistêmica do capitalismo, coloca novos desafios à profissão.

Diante da precarização do trabalho e da destruição de direitos conquistados historicamente, essas medidas rebatem diretamente na classe trabalhadora (ABRAMIDES, 2021). Assim a autora destaca o contexto da crise do capital:

Sua investida no mundo do trabalho por meio do processo da acumulação flexível amplia o desemprego estrutural, com precarização, trabalho intermitente, informal, por tempo determinado, por pejetização, terceirização em atividades meio e fim na desregulamentação das relações de trabalho. Na esfera da política, os consecutivos ajustes fiscais e as contrarreformas do Estado, administrativa, trabalhista, sindical, da previdência e do ensino superior são implantados, desde os anos 1990, com a programática neoliberal iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso (...) (ABRAMIDES, 2021, p. 15).

Na década de 1980, com outra ótica, o Serviço Social estabelece seus princípios fundamentais, suas dimensões constitutivas profissionais, que são os princípios que influenciaram e influenciam no enfrentamento cotidiano das manifestações da questão social.

É importante destacar as dimensões constitutivas da profissão, pois elas não se separam, e no âmbito da atuação profissional, possuem o mesmo grau e importância, pois ambas se complementam e possuem uma dimensão histórica, uma sustenta a outra (GUERRA, 2017). E ainda, para Abramides (2019) é necessário entender os princípios que constituem a profissão e seus conceitos, tanto para romper com ideologias conservadoras, como também para o exercício profissional. Essas dimensões apontam para a direção social e pode ser o caminho da construção de marcos significativos para o Serviço Social brasileiro.

Para além das dimensões e competências teórico-metodológica e ético-política, a competência técnica – que estão relacionadas às habilidades do profissional na utilização dos instrumentos de trabalho – irão demonstrar a qualidade técnica do seu trabalho e da sua ação profissional no cotidiano do espaço sócio-ocupacional diante das demandas e contradições (GUERRA, 2014). Essa autora vai afirmar que:

É o próprio cotidiano, como espaço onde se manifestam as contradições, como espaço onde operam sínteses de múltiplas determinações, que nos permite análises mais concretas e complexas sobre o exercício profissional (GUERRA, 2014, p. 33).

Nesta perspectiva, é o pensar para além da profissão, na possibilidade de leitura dos processos sociais, de compreensão do significado social da sua ação, o que permite uma explicação da dinâmica da vida na sociedade capitalista. Trata-se

da dimensão teórico-metodológica, ou seja, a teoria como instrumento de análise da realidade concreta (IAMAMOTO, 2015).

A dimensão ético-política é o comprometimento com o projeto profissional, ou seja, o Projeto Ético Político da categoria. A dimensão ética é referente à perspectiva crítica dos valores morais existentes na sociedade. A ética vai expressar a posição profissional em defesa da liberdade, da universalidade de direitos, da democracia e justiça social. Há uma relação intrínseca entre a ética e a política, a dimensão política vincula-se o projeto social e a prática profissional, é um posicionar-se que possui sustentação teórica (GUERRA, 2017).

A dimensão ético-política implica planejar a ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população. É a dimensão responsável pela avaliação das consequências de nossas ações ou a não avaliação dessas consequências, o que demonstra as diferentes posições, direções e posicionamentos, que possuem a sustentação teórica. Essa dimensão expressa os compromissos profissionais, as intencionalidades das ações, da tomada de decisões, trazem a reflexão e comprometimento com nosso Projeto Ético Político, em defesa da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho (GUERRA, 2014).

Nas considerações de Barroco (2010), a ética é a posição que a profissão carrega em defesa da liberdade, da universalização dos direitos, da igualdade, da democracia e da justiça social.

Nesse contexto, ainda destaca a autora, sobre o processo de renovação profissional:

A partir de 1993, o Código de Ética passa a ser uma das referências dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos assistentes sociais em face da política neoliberal e de seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores. É nesse contexto que o projeto profissional de ruptura começa a ser definido como projeto ético-político referendado nas conquistas dos dois Códigos (1986 e 1993), nas revisões curriculares de 1982 e 1996 e no conjunto de seus avanços teórico-práticos construídos no processo de renovação profissional, a partir de década de [19]60 (BARROCO, 2010, p. 206).

A partir da regulamentação, do novo Código de Ética Profissional (CEP/1993), a ética passa a ser o referencial para a práxis profissional e expressa o posicionamento dos assistentes sociais em frente a conjuntura social, política, histórica e econômica do Estado neoliberal.

Outra dimensão constitutiva da atuação profissional, é a técnico-operativa, que está ligada ao momento da intervenção, da operacionalização da prática profissional,

com estratégias e técnicas para intervir na realidade social. Assim, “considera que a dimensão técnico-operativa constitui o modo de aparecer da profissão, o modo como é conhecida e legitimada pela sociedade” (GUERRA, 2017, p. 50).

Os instrumentos e técnicas são partes constitutivas do instrumental técnico operativo, pertencem ao âmbito da operacionalização da ação profissional, é o momento da nossa intervenção/ação, quando criamos e utilizamos estratégias e técnicas para intervir na realidade social, ou seja, é a operacionalização da práxis profissional, que caminha junto com as outras dimensões (GUERRA, 2017).

Para tanto, se faz necessário, que uma profissão interventiva como o Serviço Social encontre os meios e as mediações que lhe permitam fortalecer as dimensões constitutivas da profissão (GUERRA, 2014).

É necessário reconhecer e pensar as mediações e os desafios atuais enfrentados pelas/os assistentes sociais no cotidiano profissional. Nem sempre as mediações necessárias são apreendidas ou reconstruídas na realidade, é um processo, como é exposto por vários teóricos que analisam a intervenção profissional do assistente social (PONTES, 2010, p. 167).

É evidente a necessidade dos profissionais do Serviço Social serem propositivos, ter criticidade e conhecimento científico, mas sem uma abordagem macro não será possível reconstruir as mediações necessárias. É necessário ter a certeza de que a/o assistente social precisa investigar, produzir e divulgar conhecimento científico (SILVA, 2013).

Os assistentes sociais não são profissionais autônomos, trabalham em instituições públicas e privadas, com demandas específicas da política social de atuação, e não estão imunes aos avanços de setores ultraconservadores e neofacistas.

Nesta perspectiva, é fundamental entender que o Projeto Ético Político é a escolha da profissão e que o Serviço Social luta pela universalização das políticas sociais, na construção coletiva, contribuindo para preservar e efetivar o acesso aos direitos sociais.

Segundo Iamamoto (2015), os desafios são permanentes para atuação profissional dos assistentes sociais no cotidiano, assim, ela destaca que:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2015, p. 20).

Pensar e repensar a atuação profissional em nossos dias, requer questionar o nosso fazer profissional diante da burocracia e contradição: como é possível dialogar sobre a ruptura dessa burocratização no Serviço Social?

Na atual conjuntura com tantos avanços tecnológicos e acesso as mais variadas informações, ainda é um grande desafio romper com a burocratização no Serviço Social. Diante dessa evolução, cabe questionar a abrangência e a qualidade dos recursos tecnológicos disponíveis, tema este que não é objeto de estudo desta monografia, mas que poderá ser abordado em futuras pesquisas.

Logo, é essencial ser um profissional crítico, criativo e competente para realizar permanente análise das condições em que atua, pensar, criar e desenvolver propostas e ações com a classe que vive do trabalho. Em específico, o romper com a burocracia implica também desvendar sobre o “adestramento” da nossa força de trabalho que nos leva somente a executar e não a pensar.

O capítulo seguinte abarca sobre o Serviço Social e a Educação Superior, bem como a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil como estratégia de efetivação da Assistência Estudantil como direito social público.

2. O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

A educação é o mais grave dilema social brasileiro. A sua falta prejudica da mesma forma que a fome e a miséria, ou até mais, pois priva os famintos e miseráveis dos meios que os possibilitem a tomar consciência da sua condição, dos meios de aprender resistir a essa situação (Florestan Fernandes).

Historicamente, a educação não foi e continua não sendo a prioridade no Brasil, em alguns governos ao longo da história demonstraram alguns interesses e criaram políticas públicas voltadas para o acesso e permanência de estudantes na universidade. Sendo que são as políticas sociais, na área educacional, que permanecem como seletivas e fragmentadas, com objetivos voltados para a formação do trabalho técnico.

O contexto histórico da educação brasileira tem seus rebatimentos na classe trabalhadora, tanto na inclusão, quanto na exclusão social. É o processo contraditório entre os avanços e retrocessos, entre as relações de poder e luta por uma educação libertadora e emancipadora.

Nesse sentido, (FRIGOTTO, 2010) afirma o seguinte:

Em suma, a educação é mais amplamente a formação humana enquanto práticas constituídas e pelas constituintes das relações sociais não avançam de forma arbitrária, mas de forma necessária e orgânica com o conjunto das práticas sociais fundamentais. Neste sentido, a luta pela ampliação da esfera pública no campo educacional pressupõe a ampliação do público em todas as esferas da sociedade, principalmente no plano das relações econômicas e políticas (FRIGOTTO, 2010, p. 204).

O monopólio do saber camufla a grande desigualdade social, apoiado por uma burguesia elitista, que tem por meio do Estado neoliberal, seu controle político, econômico, social e cultural, e isso com um discurso de modernidade, que “esconde um profundo atraso histórico” (FRIGOTTO, 2010, p. 215).

No início do século XX, intelectuais como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Cecília Meireles e outros, lutaram pela democratização da educação brasileira, e assim, contribuíram de forma essencial, para o processo de expansão da educação no país, que foi oficializado com a Constituição Federal de 1988. Outro marco legal foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a conhecida LDB (BRASIL, 1996).

Mesmo que o direito de acesso à educação seja garantido pela Constituição Federal de 1988, como previsto no Art. 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família ainda não é efetivada, justamente em razão da sua origem excludente, que não permite que a classe que vive do trabalho possa acessar os espaços universitários.

Democratização da educação, para o Serviço Social é a universalização da política pública para garantir o acesso a todas as pessoas, em atendimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que regulamenta a educação como direito de todos, em todas as fases escolares de ensino, e tem como um de seus princípios garantir o acesso à educação pública gratuita e de qualidade como direito universal (BRASIL, 1996).

O processo educacional, de acordo com a referida Lei, tem por finalidade capacitar o sujeito para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, mas a democratização da educação não pode se resumir somente à capacitação para o trabalho técnico e especializado. A educação como princípio da cidadania é ampla e visa a transformação, a liberdade.

A educação visa à libertação, à transformação radical do sujeito, que é educado e que educa também, tornando-se “ser mais” e da realidade, para melhorá-la, para torná-la mais humana, para permitir que os homens e as mulheres sejam reconhecidos como sujeitos da própria história e não como objetos (FREIRE, 2016, p. 17).

Há desafios enormes quando observamos o processo histórico da educação superior pública, lutas e possibilidades que se encontram na contradição de projetos distintos no interior das universidades, são projetos que traduzem a correlação de forças na disputa por espaços que formam o pensamento, as ideologias e os partidos políticos.

A estrutura educacional vem se transformando ao longo dos anos, desde 1930 no Governo de Getúlio Vargas, podemos ver uma certa valorização das questões relacionadas à educação com a integração da assistência estudantil à Constituição Federal de 1934 (COSTA, 2009).

Na década de 1940 a assistência estudantil teve o seu marco legal na Constituição de 1946. Com a realização de várias reuniões, nesse mesmo período, o movimento estudantil, juntamente com a União Nacional dos Estudantes (UNE), promove o debate da Reforma Universitária e os direitos estudantis. Em seguida no

ano de 1961 é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), estabelecendo a assistência estudantil como um direito de todos (COSTA, 2009).

Nesse processo histórico, as questões relacionadas à educação foram tratadas de forma pontual, ou seja, não havia um projeto a nível nacional. Em contraponto, no decorrer dos anos, até os dias atuais, a atual Lei de Diretrizes e Bases de 1996 reafirma o funcionamento da educação no Brasil e reforça a garantia da educação superior como direito de todos (COSTA, 2009).

A trajetória da educação superior pública brasileira tem seus avanços e retrocessos, contudo, entre perdas e ganhos ainda permanece o atraso histórico no que diz respeito à uma educação como direito de todos na perspectiva de reduzir as desigualdades de acesso e permanência na universidade.

A educação não é simplesmente compartilhar conhecimentos, ensino e aprendizagem, democratizar a educação é pensá-la para além das salas e dos muros institucionais, é o aprendizado para a vida de forma a enriquecer a liberdade na perspectiva de que seja possível, “esperançosamente, a se engajar em alguma forma de pensamento crítico” (CÁSSIO, 2019, p. 200).

2.1 O Contexto Histórico da Política Pública de Educação Superior Brasileira

A educação brasileira em seu processo histórico registra uma evolução marcada pelas desigualdades, desde tempos remotos, conforme nos ensina Saviani (2007, p. 441).

Entretanto, observa-se que o processo de democratização escolar no Brasil se iniciou pela ampliação do número de vagas, que não experimentou, na mesma proporção, a garantia de condições de permanência a segmentos historicamente excluídos.

Estudiosos como Saviani (2004), destacam ter acontecido um significativo avanço do quantitativo das matrículas, que cobra medidas que venham sanar as deficiências dessa expansão, posto que não basta abrir as portas das universidades, é preciso que os estudantes possam permanecer até concluírem seus estudos.

O desenvolvimento do ensino superior brasileiro pode ser dividido em dois períodos, o primeiro caracterizado pelas escolas profissionalizantes, e o segundo, pelas escolas de Filosofia, Ciências e Letras, dentre outras (BOTTONI; SARDANO; COSTA FILHO, 2013). Observa-se que a história da universidade no Brasil é

relativamente recente, “quando comparadas às universidades da Europa” (BOTTONI; SARDANO; COSTA FILHO, 2013, p. 17).

A partir do início dos anos 1930, com a junção de escolas superiores de formação profissional, são criadas universidades públicas no Brasil, contando com a transformação das escolas profissionais existentes, em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo (MENEZES, 2000).

Até o início dos anos de 1970 expandiu-se a fundação de tais universidades em todos os grandes centros, muitas delas consolidando-se, sendo algumas, privadas (MENEZES, 2000).

Neste interim, a pós-graduação “foi implantada no atual modelo a partir de 1961, com a fundação dos programas de mestrado no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)” (GOMES; TAYLOR; SARAIVA, 2011, p. 69).

Em 1963 é criada a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, no mesmo ano, iniciam-se os primeiros programas de mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (GOMES; TAYLOR; SARAIVA, 2011).

Ao longo dos anos de 1970, observa-se o aumento na quantidade de universidades estaduais, assim como de Instituições de Ensino Superior privadas sem fins lucrativos, voltadas quase exclusivamente para atividades de ensino e com pouca atuação em atividades de pesquisa e pós-graduação (MENEZES, 2000).

O ensino superior particular ganha força, motivado pela demanda por parte dos estudantes que não conseguiam vagas nas universidades públicas e que questionavam os governos pela falta de oportunidades para estudar (RODRIGUES, COLOMBO, 2011). Acontece, a partir desse momento a expansão das faculdades nas capitais e nas principais cidades do país.

Com as transformações ocorridas no processo histórico da educação brasileira, desde a Constituição Imperial de 1824 até a Constituição Federal de 1988, em alguns momentos a educação foi garantida como um direito, mas apenas para uma parcela da população.

A Constituição Federal de 1988 concebe a educação como direito de todas as pessoas e a responsabilidade do Estado em relação ao financiamento e à gestão. Também é garantida a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais que visam a universalidade. O ensino fundamental passa a ser obrigatório e gratuito e tem

sua expansão de forma progressiva ao ensino médio, bem como a valorização dos profissionais de ensino e da autonomia universitária (BRASIL, 1988).

Posteriormente, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 20 de dezembro de 1996 (Lei nº 9.394/96), conhecida como LDB, constitui-se em marco de referência para o início do processo de reestruturação da educação superior no Brasil. No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a partir do seu primeiro mandato (1995-1998), deu início a uma ampla reforma que objetivou modificar o panorama da educação no país, particularmente da educação superior.

No ano de 1998 o governo federal criou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e durante mais de dez anos este exame foi usado como um instrumento para avaliar o desempenho dos estudantes no término da educação básica, sem o objetivo de selecionar para o ensino superior. Os exames de seleção e concursos para o ensino superior eram formulados por equipes locais país afora e ocorriam nas diversas universidades em formatos diferentes (SILVEIRA, BARBOSA; SILVA, 2015).

A partir de 2009 medidas governamentais estimularam o uso do ENEM não apenas como um processo de avaliação do Ensino Médio, mas como forma de acesso ao ensino superior no Brasil. O Sistema de Seleção Unificada (SISU)² passou a operar em larga escala no processo de alocação dos candidatos às vagas (SILVEIRA, BARBOSA; SILVA, 2015). Em relação ao SISU, é importante desatacar que:

Um dos aspectos positivos de um exame nacional e de um sistema como o Sisu é o favorecimento da mobilidade dos estudantes para instituições de ensino superior nos mais variados locais do país, possibilitando também que sujeitos oriundos de regiões menos desenvolvidas desloquem-se para outras mais desenvolvidas. Esta mobilidade é interessante não somente para a criação de lideranças em todos os estados da federação, mas igualmente para estabelecer um ambiente multicultural em nossas universidades (SILVEIRA, BARBOSA; SILVA, 2015, p. 1-2).

Segundo o discurso oficial do Ministério da Educação (MEC), a adoção do ENEM/SISU contribuiu para a democratização das oportunidades de acesso às vagas em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), favorecendo de fato a mobilidade acadêmica e induzindo à reestruturação dos currículos do Ensino Médio.

² O Sistema de Seleção Unificada (SISU) foi criado em 2010 pelo governo federal, como alternativa aos vestibulares realizados até então, de forma descentralizada, pelas instituições públicas de Ensino Superior. Embora não existisse uma obrigatoriedade de adesão ao sistema, ele foi paulatinamente adotado pela grande maioria das universidades, institutos federais de educação tecnológica e por algumas instituições estaduais (BRASIL, 2010).

Após a criação do SISU é criada a Lei 12.711/12, em 29 de agosto de 2012, conhecida como “Lei de Cotas”, que tem como objetivo a reserva mínima de 50% das vagas das instituições de ensino federais de ensino superior e técnico para estudantes de escolas públicas, que são preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (BRASIL, 2012).

Diante do exposto, mesmo com grandes conquistas na educação superior, como a implementação de políticas públicas específicas que visam a expansão do ensino em seus diversos níveis, enormes desafios ainda permanecem.

A educação passa por um processo sociopolítico histórico, com a mercantilização da educação, percebe-se que ela “pode ser uma oportunidade de negócios, para os ultrarreacionários é uma estratégia de dominação política” (CARA, 2019, p. 30).

Segundo Catini (2019, p. 33), “nunca fomos tão educados e, no entanto, nunca fomos tão privados de formação”. A função social da educação, como projeto para construção de uma prática, que possibilite a construção do saber, do conhecimento do mundo e de si, que seja um conhecimento que transforme e não apenas reproduza, transformou-se em um campo de disputas que visa os interesses do progresso do capital que são contrários à ampliação dos direitos sociais.

A luta pela ampliação do acesso à educação como uma política pública, como direito social, como prática emancipatória, está inclusa também no enfrentamento dos cortes no orçamento público destinado as instituições federais de ensino superior (IFES). Nesse contexto, Catini (2019) pontua sobre a educação contra a barbárie:

A educação deve ser uma prática subversiva, pois este é o único modo de negar os pressupostos objetivos da barbárie. Para tanto, ela deve estar atenta aos conteúdos, mas também à forma social que assume e, sobretudo, deve manter-se vigilante frente ao perigo de “entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento”, já que o modo de educar capitalista tende a se impor sobre tudo e todos, indiferente às boas intenções (CATINI, 2019, p. 39).

A educação perpassa a sociabilidade do ser social, constitui a vida social, participa da produção e reprodução social, ou seja, está inserida nas formas de produção e socialização do conhecimento científico, articulando-se os interesses políticos, econômicos e culturais de grupos e classes sociais (FRIGOTTO, 2010).

Mas precisa-se questionar esse processo social, a impossibilidade ou possibilidade de acesso à educação não somente dentro dos espaços acadêmicos,

na produção do conhecimento e da ciência. É necessária a luta em promover a construção de uma educação fora dos muros da universidade, no sentido de promover o acesso ao ensino, à pesquisa e à extensão, para que a educação seja universalizada para as classes sociais não privilegiadas historicamente, como indígenas e quilombolas que não tem condições de acessar esse saber e essa cultura.

Nessa perspectiva, Maceno (2019), pontua sobre o processo social da educação:

A educação é um processo social e, por isso, somente ocorre entre os homens. Assim como outras esferas que compõem o ser social, a exemplo da linguagem e da ciência, ela é um fenômeno exclusivo do reino dos homens. Desse modo, sua gênese apenas pode ser encontrada no processo de constituição do ser social. Como todo complexo social, a educação surgiu para dar respostas às necessidades da sociabilidade humana (MACENO, 2019, p. 43).

É necessário que, como sujeitos históricos e sociais, possamos buscar estratégias e mediações para trazer respostas a essas necessidades de forma a contribuir para o acesso e permanência de estudantes de baixa renda na universidade. E assim dar condições mínimas de subsistência, para que seja garantida a permanência e a conclusão do ensino superior.

Para que se efetive o direito social público e universal do acesso à educação e para além da efetivação desse direito, é preciso valorizar a dimensão objetiva e subjetiva desse ser social que busca formas de sobreviver nas complexas relações de produção e reprodução social.

Portanto, ressalta-se que essa posição é defendida no Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social, é o posicionamento em defesa da equidade e da justiça social para todos.

A trajetória da assistência estudantil ainda não adquiriu status de política pública, e nunca foi prioridade de nenhum dos governos que estiveram no poder, pois o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), desde a sua regulamentação até o momento, é garantido por um decreto, sendo que tramitam no Senado Federal cerca de doze projetos de lei sobre transformar esse programa em uma política nacional.

Após breve histórico sobre o direito à educação a partir da última década do século XX, o próximo subcapítulo abordará a educação superior na atualidade.

2.2 O Serviço Social e a Educação Superior Pública

A educação brasileira atualmente é reflexo do processo histórico de transformações sociais, pelas quais o sistema educacional passou, desde a sua formação.

A partir da década de 1990, a educação superior pública vem sofrendo uma retração em virtude do escasso investimento estatal, sobretudo com a forte influência das políticas neoliberais e dos organismos internacionais do capital, tais como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, dentre outros, no qual prevê o Estado mínimo, a flexibilização do trabalho, ampliação do setor privado e a privatização de grandes estatais. (PAURA, 2020).

De acordo com o receituário neoliberal que prevê as reformas nas áreas econômicas e sociais, a educação superior é subsumida à lógica do mercado, atraindo o interesse de grandes capitais.

Sabemos que o entendimento da educação enquanto um direito de todos, como já mencionado, foi incorporado à Constituição Federal de 1988 e reforçado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, contudo, a educação ainda não se transformou em um direito social de fato (PAURA, 2020).

Ao analisar o sistema educacional brasileiro, nos anos de 1990, sinaliza-se a existência da conhecida “pirâmide educacional”³, ou seja, um percentual maior de pessoas que têm acesso ao ensino primário, e a diminuição do percentual em outros níveis, principalmente no que se refere à educação superior.

Isso ocorreu devido às mudanças sociais, era necessário na época um padrão de escolarização da classe trabalhadora para reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e crise, demonstrando a desigualdade no acesso ao ensino superior, apesar da Constituição Federal mencionar a educação pública como um direito de todos, garantindo, por lei, a igualdade de condições para o ingresso e a permanência na rede educacional (PAURA, 2020).

Todavia, nos deparamos com um sistema educacional cada vez mais elitizado, que contribui para o aumento das desigualdades sociais, conforme demonstram os dados que se seguem, evidenciando a dimensão elitista do sistema de educação superior brasileiro:

³ Corresponde aos níveis de aprendizagem.

Cabe ressaltar que o sistema de educação superior brasileiro é um dos mais elitistas da América Latina e do mundo, pois 73% das matrículas estão no setor privado e apenas 27% no setor público. Acrescente-se a isto que as IES públicas oferecem 63% dos seus cursos no período diurno e apenas 27% no período noturno, acontecendo praticamente o contrário nas IES privadas. Outro dado relevante para este cenário de exclusão social do ensino superior, no Brasil, quando comparado a outros países da América Latina e do mundo, é o fato de apenas 12% dos estudantes entre 18 e 24 anos estarem matriculados na educação superior, possuindo o nosso país uma taxa bruta de matrícula no ensino superior ao redor de 20%, segundo os últimos índices do Instituto de Estatísticas da UNESCO (DIAS SOBRINHO; BRITO, 2008, p. 494).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) aponta como um de seus princípios a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, confirmando que a educação é um direito de todos.

Contudo, essa situação não vem acontecendo, pois fatores como a desigualdade social dificultam e até mesmo inviabilizam o acesso das pessoas de baixa renda à educação, em especial, à educação superior (PAURA, 2020).

Nesse sentido, o Serviço Social é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo e tem sua atuação pautada nas diversas manifestações da questão social. Sendo assim, a intervenção do assistente social caminha, entre outras instâncias, desde as manifestações de violações de direitos, até os mais diversos tipos de desigualdade presentes na sociedade.

Iamamoto (2007, p. 77) “sustenta que parte-se do pressuposto de que a compreensão da profissão de Serviço Social implica o esforço de inseri-la no conjunto de condições e relações sociais que lhe atribuem um significado e nas quais torna-se possível e necessária”.

Observando a partir dessa perspectiva, entende-se que a postura atual da profissão confirma a colocação da referida autora, uma vez que a atuação do assistente social no cenário contemporâneo se coloca de forma ampla e diversificada diante das variadas formas que as contradições advindas da relação entre capital e trabalho se expressam na sociedade.

Com isso torna-se possível perceber a atuação de assistentes sociais em campos diversos como no judiciário, na saúde, na habitação, na assistência e, cada vez mais enfaticamente, na educação, além de outros campos diretamente associados à garantia de direitos de grupos ligados por identidades de raça, gênero,

idade, orientação sexual, entre outros, que sofrem com a discriminação vinda de grande parte da sociedade.

Todavia, a profissão está inserida no contexto da sociedade, o que a torna dinâmica enquanto tal e a faz ter que estar preparada para as novas peculiaridades que se apresentam neste cenário, observando-as de forma crítica e revelando sobre tais, novas possibilidades de atuação.

Para Iamamoto (2010, p. 19) “pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua recriação”. Esta decifração requer, no entanto, uma gama de conhecimentos que permite compreender o que está sendo observado, quais os condicionantes que envolvem cada situação, tanto em uma perspectiva macrossocial, quanto em uma perspectiva mais individual em que subjetividades estejam em questão.

2.3 O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como estratégia de efetivação da assistência estudantil como direito social público

Inicialmente, é importante destacar que o caminho das políticas públicas da educação superior integra-se às mudanças sociais que esse nível de ensino enfrentou com o passar dos anos. A expansão das universidades brasileiras, ao longo dos anos, fez com que a oferta de vagas aumentasse no ensino superior (ASSIS; SANABIO; MAGALDI; MACHADO, 2013).

Com a expansão do número de vagas e aumento das oportunidades de ingresso no nível superior, principalmente em razão das políticas de acesso e inclusão social, nos últimos anos, a questão da permanência dos estudantes nas universidades tornou-se um tema de grande relevância, já que a democratização do acesso é entendida como uma política ou conjunto de políticas que tem por objetivo tornar o ensino superior acessível para a classe trabalhadora (ASSIS; SANABIO; MAGALDI; MACHADO, 2013).

Uma efetiva democratização do ensino superior requer políticas abrangentes de ampliação do acesso e fortalecimento do ensino superior público, a partir da ampliação dos quadros docentes e de técnicos, infraestrutura, novas tecnologias pedagógicas, planejamento e gestão, entre outros (ASSIS; SANABIO; MAGALDI; MACHADO, 2013).

Requer, também, a consolidação de programas efetivos voltados para permanência dos estudantes na universidade pública, principalmente, aqueles que são provenientes de camadas socioeconômicas mais baixas/desprivilegiadas.

A assistência estudantil, visa atender às necessidades sociais básicas dos estudantes e está inserida no campo das Políticas Públicas de Educação Superior. Trata-se de um programa estruturado com a proposta de responder às demandas dos estudantes em situação de exclusão social, que estão tendo sua participação ampliada no ensino superior público brasileiro, na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida (ASSIS; SANABIO; MAGALDI; MACHADO, 2013).

Em um nível de ensino no qual se pretende promover uma ampla democratização do acesso, conforme se observa, pelo que foi disposto na meta nº 12 do Projeto de Lei do PNE 2011-2020, a assistência estudantil assume um caráter fundamental, ao conceder o acesso a camadas sociais com condições socioeconômicas desfavoráveis, torna-se crucial o estabelecimento de políticas eficientes de assistência que tornem possível a permanência desses alunos nas IFES. Além de conceder acesso, é importante investir na permanência, para combater a evasão e promover a elevação das taxas de conclusão. Nesse caminho, muitos desafios se instauram, como a necessidade de democratizar o ensino superior assegurando, ao mesmo tempo, a qualidade (ASSIS; SANABIO; MAGALDI; MACHADO, 2013).

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), criado em 1987, constituiu-se, ao longo dos anos, como um importante órgão no processo de luta e articulação da assistência estudantil nas diversas Instituições de Ensino Superior Públicas (IFES). Enquanto um Órgão Assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior Públicas (ANDIFES), visa promover a integração regional e nacional das IFES, e fortalecer as ações de assistência estudantil (FONAPRACE, 2012).

O Fonaprace a partir de sua criação ficou responsável por discutir, elaborar e propor ao Ministério da Educação (MEC) uma política de Promoção e Apoio ao Estudante (FONAPRACE, 2012).

Como já mencionado sobre a reestruturação das Universidades Federais, foi criado por meio do Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, implantado pelo o Governo Federal o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

Universidade Federais (REUNI) com o “objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007), tendo também aumento quantitativo de vagas nos curso de graduação, bem como inovações pedagógicas, o enfrentamento à evasão escolar e redução das desigualdades sociais.

No âmbito da educação superior pública, a assistência ao estudante universitário ganha forma e expressão, não sendo apenas transversal, mas interligada à política de educação superior (LEITE, 2015).

Nas décadas anteriores à Constituição Federal de 1988, a educação superior era um privilégio para pessoas oriundas de famílias com médio e alto poder aquisitivo, fazendo com que as ações de assistência estudantil fossem reduzidas em função da insignificante participação das classes de baixo poder aquisitivo na referida modalidade de ensino (PINHEIRO, 2017).

A partir da referida Constituição, houve o reconhecimento formal pela defesa dos direitos individuais, coletivos, sociais e políticos de cidadãos/os brasileiros, o processo de redemocratização política introduziu avanços que buscaram corrigir fatos históricos, representados pelo descaso com a educação pública e gratuita, e introduziram princípios e fundamentos que favoreceram o estabelecimento de garantias de efetividade ao exercício do direito de uma educação pública de qualidade (BRASIL, 1988).

No início do segundo mandato do governo Lula, que ocorreu a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Instituído inicialmente pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, do então ministro da educação Fernando Haddad, nela constava que tal programa seria implementado a partir de 2008 (LEITE, 2015).

Em 19 de julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), através de sua disposição no decreto nº (7.234), consolida-se como programa de governo, tendo como finalidade assegurar e ampliar as condições de permanência dos estudantes oriundos da classe trabalhadora empobrecida na educação superior pública. Constam dos artigos 1º e 2º a sua finalidade e os objetivos:

Art. 1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as

condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Art. 2º São objetivos do PNAES:
 I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
 II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
 III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
 IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

A assistência estudantil, compreendida como o conjunto de ações que visam a “democratização do acesso e permanência dos estudantes no ensino superior”, tem como eixos estruturantes de ação, segundo o exposto no Decreto nº 7.234/2010 – PNAES:

I - moradia estudantil;
 II - alimentação;
 III - transporte;
 IV - atenção à saúde;
 V - inclusão digital;
 VI - cultura;
 VII - esporte;
 VIII - creche;
 IX - apoio pedagógico; e
 X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010).

A abordagem da assistência estudantil, independentemente dos recortes ou assuntos com os quais pode ser relacionada, nos remete inicialmente ao assunto da permanência e conclusão da graduação no âmbito do ensino superior.

O inegável contexto de expansão do ensino superior e consecutivamente aumento das vagas para acesso à universidade pública, principalmente para estudantes com determinado recorte socioeconômico, traz à tona a discussão da permanência, propondo-nos o desafio de elaborar ações e políticas de assistência estudantil que contribuam efetivamente para que o discente tenha suas possibilidades ampliadas e potencializadas frente aos desafios da formação educacional formal no ensino superior, bem como do processo de formação humana.

Os anos de 1980 constituíram uma década marcante para a consolidação das políticas sociais, mediante a inquietação dos movimentos sociais a favor da redemocratização política. Dessa forma, foi um período produtivo para desenvolver as políticas direcionadas à assistência estudantil em todo o Brasil, onde buscava-se o fortalecimento e concretização dos direitos incorporados no texto constitucional.

A Constituição Federal de 1988 traz em seu Art.º 206 princípios que antes não obtinham espaço. Enfatiza-se a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, assim como o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Com base bastante favorável para empreendimentos que buscassem fortalecer a frente de luta e a atenção às questões relativas ao ensino superior, a assistência estudantil ganha um destaque extraordinário, pois se os estudantes possuem direito à educação sob princípios de garantias e valorização, então, tem também direito a permanecer na universidade para que possam ter direito a esses benefícios.

Conforme preconiza a Constituição Federal (BRASIL, 1988) no que se refere à educação, permanece o desafio de lutar pelo direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade. Como não questionar esse sistema de seleção de vagas, que ao mesmo tempo incluem e excluem boa parcela dos jovens da nossa sociedade? O direito de ingressar no ensino superior público, como um direito à educação, não necessariamente teria que passar por tantas etapas e processos.

Trago o relato de uma das reuniões realizadas pelos assistentes sociais com estudantes de baixa renda que ingressaram na universidade, da qual participei como estagiária. Pergunto à estudante de 19 anos, residente no Estado do Pará: “Qual o motivo de vir para Goiânia tentar cursar uma faculdade?” Ela respondeu: “Onde moro não tem nem escolas próximas, quero fazer a faculdade para ter condições de dar uma vida melhor para os meus pais”. “Neste momento que o estudante está sendo avaliado para concorrer a vaga de acesso na universidade pública, o sonho da sua vida está em jogo. Em um jogo de poder de inclusão e exclusão através de mecanismos do Estado” (FREITAS, 2019).

Sabemos que o entendimento da educação enquanto um direito de todos foi incorporado no plano jurídico com a Constituição Federal de 1988 e reforçado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; contudo, a educação ainda não se transformou em um direito social de fato.

3. O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL NA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (PRAE/UFG)

Os assistentes sociais, apesar do pouco prestígio social e dos baixos salários, tornam uma categoria que tem ousado sonhar, que tem ousado ter firmeza na luta, que tem ousado resistir aos obstáculos, porque aposta na história, construindo o futuro, no presente (IAMAMOTO, 2015).

Este capítulo aborda o trabalho de profissionais do Serviço Social na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Goiás e seus desafios frente à desresponsabilização do Estado em relação ao acesso e à permanência de estudantes na Instituição Pública de Educação Superior.

3.1 Contexto histórico da Universidade Federal de Goiás e da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)

Em dezembro de 1960 é criada a Universidade Federal de Goiás, por meio da Lei Nº 3.834C, como instituição pública federal de ensino superior com vários campus e organização administrativa multirregional. Em 1968 a universidade passa por uma reestruturação, tornando-se a primeira universidade pública do Estado de Goiás. Em sua organização, a universidade segue os princípios essenciais para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão (UFG, 2013).

Assim, em seu Estatuto de 2013, no Art. 4º, a UFG segue os princípios de:

- I. laicidade;
- II. indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- III. gratuidade do Ensino, cuja manutenção é responsabilidade da União;
- IV. respeito à liberdade, à diversidade e ao pluralismo de ideias, sem discriminação de qualquer natureza;
- V. universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade;
- VI. defesa da qualidade de ensino, com orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania;
- VII. defesa da democratização da educação – no que concerne à qualidade, à gestão, à igualdade de oportunidade de acesso e condição para a permanência – e com a socialização de seus benefícios;
- VIII. defesa da democracia, estímulo à cultura, à arte e ao desenvolvimento científico, tecnológico, socioeconômico e político do País;
- IX. defesa da paz, dos direitos humanos e do meio ambiente;
- X. diálogo e cooperação entre as regionais da UFG (UFG, 2013).

É importante ressaltar que a UFG é uma universidade pública, laica e gratuita, ela pertence a todos independentemente de crença religiosa, classe social, orientação sexual, raça/cor, filiação ideológico/partidária ou qualquer outra especificidade. Dentre as finalidades do regimento, a UFG tem o compromisso de defender a justiça social embasada nos valores democráticos, a fim de produzir e transmitir conhecimentos, na perspectiva de ampliar e aprofundar a formação humana, profissional, crítica e reflexiva (UFG, 2013).

Ao longo dos seus 59 anos de história, a UFG diversificou e ampliou sua atuação e hoje possui 102 cursos de graduação presenciais e 22 mil estudantes, distribuídos em duas regionais, Goiás e Goiânia (UFG, 2013).

Em seu curso histórico a Universidade Federal de Goiás desempenha um papel primordial desde a sua gênese, no período que compreende o momento político, econômico e social da conjuntura brasileira, que vai marcar o início da expansão e da federalização do ensino superior no Brasil (UFG, 2013).

Embora a Universidade Federal de Goiás tenha sido criada em 1962, somente no ano de 1971 a assistência ao estudante passa a ser instituída na universidade, no âmbito de Vice-Reitoria, conforme tabela abaixo:

Quadro 1: Processo do atendimento estudantil

Período	Reestruturação do atendimento aos estudantes e servidores
1971-1977	As ações e serviços eram de responsabilidade da Vice-Reitoria, através do Departamento de Assistência Estudantil (DAE), sendo, posteriormente, transformado em Departamento de Atividades Comunitários (DAC), permanecendo assim até o ano de 1977, [gênese da Coordenação de Serviço Social].
1978-1983	Nesse período foi criada a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).
1983-2017	Ocorreu a mudança de nome de Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, para Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PROCOM), com essa reestruturação os atendimentos foram ampliados não somente aos estudantes, mas também aos técnicos administrativos da universidade, ou seja, estendidos a toda a comunidade universitária. A partir de 1986 “é organizada a Coordenação de Serviço Social (CSS) no âmbito da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (Procom), que passa a contar com assistentes sociais em seu

	quadro efetivo, sob a coordenação da Assistente Social Omari Ludovico Martins” (PRAE, 2021).
2018-atualidade	A partir da gestão do Reitor Edward Madureira Brasil (2018-2021) ocorreu uma reestruturação administrativa na Universidade Federal de Goiás, mudando novamente a nomenclatura de PROCOM para PRAE. Vale destacar que na história dessa universidade é a primeira vez que uma assistente social (Dra. Maísa Miralva da Silva), assume a gestão de uma Pró-Reitoria.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados do Relatório Procom 1990 (UFG, 1990).

O quadro acima retrata sobre o processo de reestruturação do atendimento ao estudante realizado na universidade ao longo da sua trajetória, sendo que uma das principais mudanças ocorreu na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis que passa a se concentrar na implementação de políticas sociais com o objetivo de dar suporte aos estudantes que precisam dar continuidade aos estudos.

3.2 Assistência Estudantil na Universidade Federal de Goiás

Segundo Rodrigues (2019), a assistência estudantil tem sido implantada na UFG desde 1970, na Regional Goiânia, conforme anota Almeida (2015), com recursos próprios da universidade, ou seja, oriundos das cobranças de taxas acadêmicas, taxas de inscrições nos vestibulares e de refeições nos restaurantes universitários, até a criação do PNAES, a partir de 2008.

A partir do PNAES, desde a sua criação, por meio da portaria normativa de nº 39, de 2007, incluindo o decreto nº 7.234, em 2010, a assistência estudantil tem sido adequada à realidade da UFG, tendo como prioridade o atendimento das demandas dos estudantes considerados de “baixa renda”, bem como em vulnerabilidade socioeconômica, seja ela temporária ou não (RODRIGUES, 2019).

A assistência estudantil tem por objetivo assegurar a permanência dos estudantes de baixa renda na universidade. Em relação aos recursos financeiros que viabilizam a execução desses programas são provenientes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que é coordenado pelo Ministério da Educação (MEC).

Inicialmente, o acolhimento na assistência estudantil pelo Serviço Social ocorre desde a matrícula, até aos esclarecimentos acerca dos projetos existentes na universidade aos calouros, e também mediante a procura espontânea dos veteranos, ou encaminhamento de professores e demais profissionais da instituição, os quais

tomam conhecimento de alguma dificuldade apresentada pelos alunos, com possíveis impactos no seu desempenho acadêmico durante todo o ano, assim como no período de seleção através de edital (RODRIGUES, 2019). A respeito das demandas apresentadas à assistência estudantil, podem estar relacionadas a fatores sociais, econômicos, psicológicos, de aprendizagem, de saúde, entre outras questões.

Realizado o atendimento social inicial, por meio de entrevista, e o levantamento de dados a respeito da situação do estudante, para dar continuidade ao estudo social o profissional poderá utilizar-se de outras ferramentas para a conclusão do seu parecer, como atendimentos e entrevistas.

Diante dos aspectos abordados acima, a PRAE é responsável por apoiar o estudante no ambiente acadêmico e contribuir para a formação científica, humana, política e profissional qualificada.

Também é lugar de referência para os estudantes que precisam e buscam apoio institucional quando se encontram em dificuldades de se manter e permanecer na Universidade. Por isso, programas e projetos são desenvolvidos com a finalidade de atender aos objetivos de permanência e conclusão do curso (UFG, 2021).

Para além dos programas, a Pró-Reitoria trabalha no sentido de apoiar os estudantes articulando grupos de estudos, ligas acadêmicas, participação em eventos, empresas juniores, concursos e interlocuções com entidades de representação estudantil. É o espaço onde o estudante encontra apoio para sua trajetória acadêmica, no sentido de valorizar a criatividade, o coletivo e a capacidade organizativa e de representação.

Dentre os programas desenvolvidos os estudantes contam com a Bolsa Permanência, que tem o objetivo de atender o estudante que apresenta perfil de baixa renda familiar e dificuldades financeiras para se manter na faculdade.

O Programa Alimentação atende o estudante com um subsídio total ou parcial, dependendo de seu perfil socioeconômico, nas refeições oferecidas nos Restaurantes Universitários. O Projeto Acolhe UFG, tem como objetivo acolher os estudantes calouros, com baixa renda familiar, no seu ingresso na Universidade. Através desse projeto, o estudante conta com a isenção nas grandes refeições e o pagamento da Bolsa Calouro durante os primeiros meses de ingresso na vida acadêmica, durante quatro meses, até que possa aguardar o resultado dos editais de apoio à permanência (UFG, 2021).

O Programa Moradia Estudantil é oferecido aos estudantes da classe trabalhadora cujas famílias apresentam renda per capita inferior a um salário-mínimo e meio e com moradia fora da Região Metropolitana de Goiânia. Assim a Universidade Federal de Goiás (UFG), mantém e organiza a Casa dos Estudantes Universitários (CEUs), disponibilizando para o uso comunitário o Centro Esportivo, Centro de Saúde, os serviços de saúde mental, nutrição e odontologia. Promove a melhoria da qualidade de vida dos estudantes através do incentivo a atividades esportivas e de lazer.

A Coordenação de Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis atua no sentido de promover estratégias para a permanência dos estudantes na universidade em busca de condições para efetivar a assistência estudantil, não somente no sentido de acesso e permanência, mas também articulando formas para contribuir na conclusão do curso.

No contexto histórico, a assistência estudantil é uma luta do movimento estudantil e das universidades, ao longo dessa trajetória percebe-se muitas conquistas, mas é necessário dar lugar de fala aos estudantes que chegam à universidade, verificando suas necessidades e dar apoio e suporte para o seu ingresso e permanência na universidade.

Assim, a assistência estudantil está entre os pilares de ensino, pesquisa e extensão. As condições são adversas, as desigualdades se alargam, mas qual é a educação que defendemos? Com certeza não será a defesa de uma educação elitista, privatista e excludente, que não prioriza o exercício da cidadania e o pensamento coletivo.

Atualmente a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis tem como objetivo o desafio em aprimorar a execução da política de assistência social no âmbito acadêmico, contribuindo para a permanência e para o desenvolvimento humano do estudante, por meio de um atendimento qualificado às necessidades dos estudantes.

3.3 O trabalho dos Assistentes Sociais na Política Pública de Educação Superior

No âmbito do ensino superior, é necessário entender a Educação e a Assistência Estudantil como um direito social, portanto, é pensar o acesso, as condições de permanência que permita ao estudante concluir a graduação.

Os desafios dos profissionais que trabalham na Política Pública de Educação Superior na particularidade da Assistência Estudantil, incluem o enfrentamento diário

das desigualdades sociais e de classe, que se aprofundaram ainda mais com o agravante dos quase dois anos de pandemia e crise sanitária.

Rumo aos seus sessenta e um anos em dezembro de 2021, a Universidade Federal de Goiás (UFG), como as demais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), enfrentam a redução do orçamento e o recurso público insuficiente para a execução de diversos programas sociais. Pois desde 2016 com a Emenda Constitucional n. 95, conhecida como a “PEC da morte” durante sua tramitação no Congresso até a sua promulgação como Lei que congelou até 2036 os recursos destinados à Educação (UFG, 2020).

Em relação à essa redução orçamentária é visível, o desmonte que vem se estendendo desde 2016, dentre eles a educação pública, sendo alvo de muitos retrocessos advindos de uma agenda neoliberal que está centrada na privatização dos serviços públicos.

Em suma, com o estudo sobre o orçamento, Carneiro (2020), traz que:

[...] ao analisar o orçamento da assistência estudantil é possível vislumbrar que além de uma peça técnica, o orçamento é uma decisão política que envolve conflitos e contradições das classes antagônicas, sendo, uma realidade permeada por luta. No contexto atual, direcionado pelas políticas de austeridade os recursos da assistência estudantil têm sofrido grandes impactos negativos, questão essa que se coloca em todas as políticas sociais (CARNEIRO, 2020, p. 53-54).

O cenário político e econômico que o país tem enfrentado, em especial no que diz respeito a educação, essa redução orçamentaria causa graves preocupações acerca da garantia e preservação dos direitos sociais.

Fundamentada numa perspectiva crítica, a atuação profissional dos assistentes sociais da PRAE, tem o desafio de contribuir para efetivar a Educação como direito social na direção de uma educação emancipadora, que se identifica com o Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social, sendo necessário um orçamento suficiente para dar condições de permanência na universidade (UFG, 2013).

Para tanto, precisamos do trabalho para nos reproduzir, pois em sua definição o trabalho é atividade consciente e planejada na qual o ser humano, ao mesmo tempo em que extrai da natureza os bens necessários para satisfazer suas necessidades materiais, cria as bases de sua realidade sociocultural.

Segundo Iamamoto (2015), é preciso pensar quais as perspectivas construídas ao longo da profissão e, quais os desafios que se apresentam para o trabalho profissional contemporâneo dos assistentes sociais?

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade (IAMAMOTO, 2015, p. 75).

O Serviço Social como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, é um trabalho especializado, legitimado, reconhecido e coletivo. Como um profissional que vende sua força de trabalho em troca de salário, o assistente social participa do processo de produção e reprodução das relações sociais por meio do seu trabalho e, dessa forma garante a sobrevivência e reprodução da força de trabalho no sistema capitalista da sociedade moderna.

Nesse entendimento da profissão como trabalho improdutivo há o redimensionar da profissão, diante das mudanças ocorridas após a crise de 1970, conhecida como a crise mundial do petróleo, que dará origem ao Consenso de Washington no ano de 1989 com recomendações para uma ampla reforma do Estado, trazendo mudanças nos modos de produção, que afetou diretamente a classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2015).

Assim, é fundamental entender a transição do Serviço Social enquanto uma especialização do trabalho, para trabalho improdutivo. Há uma mudança na concepção da profissão, não mais só como uma profissão na divisão sociotécnica do trabalho, mas o próprio trabalho como prática profissional (IAMAMOTO, 2015).

Essa transformação muda a visão profissional, ou seja, muda a forma como o Serviço Social enxerga a sociedade e a si como categoria, é o reconhecimento da profissão como classe trabalhadora. Esse reconhecimento traz os desdobramentos para o Serviço Social. A mudança conceitual não é mera mudança de nomenclatura, como afirma Iamamoto (2015):

Transitar do foco da prática ao trabalho não é uma mudança de nomenclatura, mas de concepção: o que geralmente é chamado de prática corresponde a um dos elementos constitutivos do processo de trabalho que é o próprio trabalho. Mas para existir trabalho são necessários os meios de trabalho e a matéria-prima ou objeto sobre o que incide a ação transformadora do trabalho (IAMAMOTO, 2015, p. 95).

A concepção do Serviço Social enquanto trabalho é importante, pois permite a apreensão da mudança enquanto uma especialização do trabalho para trabalho improdutivo, ou seja, o trabalho do assistente social não produz mercadoria, mas o seu trabalho contribui para a produção e reprodução desta sociedade, o que permite a possibilidade de pensar em outra sociabilidade.

Pensar na categoria profissional, no processo social do trabalho, superar e passar de classe em si, para classe para si, ter o sentimento de pertença e construir a consciência de classe que se reconhece naquilo que faz (IAMAMOTO, 2015).

Nas palavras de Iamamoto é o “remar contra a corrente”, nos reconhecer como trabalhadores é consolidar o Projeto Ético Político profissional, ter a liberdade como valor ético central nos permite lutar coletivamente para mudanças e intervenções, aliando as forças e propondo ideias e ações para enfrentar cotidianamente as expressões da questão social.

São muitos os desafios atuais, e sabemos a importância de enfrentar o desafio de defender a Educação como prática social e histórica, como parte das nossas relações no cotidiano, por isso, se faz necessário fortalecer a luta para que a assistência estudantil se efetive como política pública e assim criar estratégias, realizar programas e projetos sociais que contribuam para a formação e desempenho acadêmico dos estudantes e diminua os índices de retenção e evasão escolar.

Constitucionalmente a Educação visa o pleno desenvolvimento humano, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Conforme enfatiza Cássio (2019), à educação é delegada uma tripla missão que é:

encadeada, progressiva e complementar, a perspectiva presente na Constituição reafirma o conceito de educação como apropriação da cultura. Essa apropriação, capaz de garantir uma leitura crítica do mundo – emancipada e emancipadora -, segundo os ensinamentos de Paulo Freire, é condição necessária para a própria realização da missão constitucional da educação (CÁSSIO, 2019, p. 27).

A reflexão sobre a prática profissional no cotidiano, conforme o Conselho Federal de Serviço Social, deve considerar as estratégias e mecanismos apresentados no Código de Ética profissional e assim, poder compreender a origem e o aumento das desigualdades sociais, como também intervir nas manifestações da questão social que se manifestam no fazer profissional (CFESS, 2014).

Historicamente, os profissionais do Serviço Social foram requisitados para dar respostas as expressões da questão social, tendo as políticas públicas como campo privilegiado da atuação profissional, sem, contudo, esquecer o caráter contraditório das políticas públicas na tensão entre a classe dominante e a classe trabalhadora.

A abertura de novas vagas no ensino superior e a Lei de Cotas possibilitou que seguimentos sociais mais pobres da classe trabalhadora tivessem acesso à universidade. Essa situação provocou um aumento da procura de assistência estudantil sem que essa tivesse acompanhado o aumento do número de estudantes que procuram atendimento. Outra questão são os critérios de seleção que estão mais rígidos, afunilando cada vez mais a assistência aos estudantes e dificultando a sua permanência.

Conforme relato integrado de gestão 2020, no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, foram realizados diversos projetos com o objetivo de apoiar os estudantes neste momento, além da distribuição de álcool em gel, foram distribuídos computadores e financiamento para o acesso à internet. Dentre os projetos estão a criação e implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e do Programa de Mobilidade Virtual em Rede (PROMOVER-IFES), realizado em parceria com três universidades federais.

Em 2020, com a suspensão das atividades didáticas no primeiro semestre e retorno com atividades remotas no segundo semestre, a Coordenação de Serviço Social atendeu 8.943 estudantes de forma direta ou indireta, a maioria dos atendidos apresentaram renda familiar mensal bruta inferior ou igual a 1,5 salários-mínimos. Nesse período foram realizadas as reformas das Casas de Estudantes Universitários (CEU) 1,3 e 5, o Restaurante Universitário 1 e o Centro Esportivo do Campus Samambaia.

Com o objetivo de estabelecer espaços virtuais de cuidado à saúde dos estudantes da Universidade Federal de Goiás, foi criado o Projeto *prae.com.vc*. Nos meses de junho a dezembro de 2020, foram realizados encontros, de forma remota, abordando os temas de saúde e cuidados.

Outras ações realizadas foram voltadas para a situação pandêmica, como a distribuição de máscaras aos estudantes de “baixa renda”, repasse emergencial e doação de cestas básicas à comunidade universitária, beneficiando estudantes e trabalhadores terceirizados em situações vulneráveis.

Diante de uma nova morfologia do trabalho, as tensões e os desafios nos apresentam possibilidades para enfrentar as situações adversas, com capacidade ética, crítica, inovadora e propositiva, não só como executor de políticas públicas, mas com capacidade que todos tem, de “defender a educação como projeto coletivo e de se contrapor tanto às agendas educacionais ultraliberais, centradas na competitividade, quanto às ultraconservadoras e reacionárias” (CÁSSIO, 2019).

Sobre o trabalho profissional dos assistentes sociais em tempos de devastação e pandemia, assim afirmam as autoras em seu artigo intitulado: O trabalho no fio da navalha:

A proximidade do Serviço Social e seus (as) trabalhadores (as) com diferentes segmentos das classes trabalhadoras e populares cria condições para o conhecimento das suas reais necessidades, seus modos de vida, de trabalho e de luta pela sobrevivência, suas fragilidades e fortalezas lapidadas pelo duro cotidiano. A socialização de informações, assim como a denúncia sobre a violação de direitos, são instrumentos potentes a ser mobilizados (RAICHELIS; ARREGUI, p. 149, 2021).

O tempo presente requer pensar o acesso à educação para todas as pessoas interessadas, promover a inclusão e lutar por universidades públicas democráticas e laicas. O capitalismo contemporâneo com suas mutações, alarga as expressões da questão social, em contrapartida, o Serviço Social continua o processo do Projeto Ético Político na busca por outra sociabilidade, na defesa da equidade e da justiça social para todos sem discriminação.

Mesmo nessa conjuntura desfavorável, a profissão tem o desafio de construir condições para uma intervenção qualificada no atual cenário e, assim ampliar as condições para os debates coletivos, sejam eles, presenciais ou virtuais.

O desafio é defender a universidade no sentido de combater a exclusão, para que esta possa ser um local de superação das desigualdades, onde as diversidades se encontram e se enriquecem na capacidade de dialogar com o conhecimento. A universidade tem a potencialidade de enfrentar as diferenças, sendo lugar para acolhimento, para promover a criação de ideias e de condições para uma formação cidadã na construção do saber.

A universidade democrática precisa ser o lugar de transformação, não somente o lugar para se ter uma profissão, um diploma, é necessário a defesa de uma universidade inclusiva, sem discriminação, como bem comum para toda a sociedade, com condições ideais para que todos possam apreender e argumentar por meio de uma política que orienta as ações, que todos tenham a oportunidade de dialogar e

entender essa comunicação, que todos tenham acesso igual aos livros, à saúde, à alimentação, à moradia, ao lazer e ao transporte.

Portanto, é extremamente importante reafirmar o trabalho do assistente social no ambiente educacional, o tratamento das questões políticas e econômicas, bem como das questões de assistência estudantil, na área da educação, quando pensamos na universidade democrática, ela é o lugar de convívio, das relações sociais, na construção de direitos, sendo esse um espaço de disputa de interesses.

Precisamos promover, instigar a construção de conhecimento que esteja a serviço da sociedade e da classe trabalhadora, com a ampliação das políticas públicas educacionais, das ações afirmativas, da lei de cotas, do acesso e da permanência para estudantes.

3.4 O trabalho profissional dos Assistentes Sociais na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)

A assistência estudantil está entre uma das principais estratégias de permanência do estudante na faculdade (UFG, 2020), sendo que ainda não foi implementada como uma política pública e precisa ser aprimorada. Nesse sentido o Relatório de Gestão aponta a importância e os desafios do trabalho profissional dos assistentes sociais na PRAE:

Diante disso, um grande desafio que se põe é a estruturação de uma política de assistência estudantil qualificada, que possa ser, mais do que implementada, acompanhada sistematicamente, avaliada e aprimorada na sua capacidade de alcançar os objetivos postos em suas ações no âmbito do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Isso possibilita que os indicadores por ela produzidos sejam convertidos na defesa da sua importância diante de um projeto maior, o de democratização da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. A Assistência Estudantil, na realidade atual das universidades federais e, particularmente, da UFG, se constitui uma das principais estratégias para a sua viabilidade educacional, trabalhando na redução dos riscos de evasão, retenção e privação humana de direitos fundamentais, que asseguram as condições de estudo, sobrevivência e permanência no itinerário acadêmico. Na sua interface com a educação, a Assistência Estudantil articula o acesso à saúde, à habitação, à alimentação, ao transporte, à prática de esporte/lazer e outros direitos que, ao serem garantidos, criam condições para o estudante permanecer na universidade e concluir com êxito a sua trajetória acadêmica (UFG, 2020, p. 6).

Na busca por assegurar e contribuir nas condições de acesso e permanência no âmbito acadêmico, a PRAE trabalha e articula a Política Pública de Educação na

especificidade da Assistência Estudantil como apoio para que o estudante conclua a sua formação acadêmica.

Para tanto, são realizados atendimentos de forma direta e indireta ao estudante, a primeira consiste no repasse financeiro direto ao estudante atendido e a forma indireta é realizada pela oferta de serviços, como o subsídio no valor das refeições realizadas nos Restaurantes Universitários, além de desenvolver atividades de Esporte e Lazer, serviços de nutrição, serviço social, odontologia e saúde mental.

Esses atendimentos e serviços, conforme determinação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), são oferecidos de forma prioritária aos estudantes oriundos das camadas sociais historicamente marginalizadas, cujas famílias são empobrecidas, ou seja, aquelas que tenham uma renda per capita menor que 1,5 salários-mínimos (UFG, 2020).

A Coordenação de Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFG (PRAE/UFG) trabalha na realização do estudo da realidade social dos estudantes, no sentido de possibilitar a inserção nos Programas, Projetos e Serviços. Os estudantes buscam apoio e assistência estudantil para permanecerem na Universidade, suas demandas são analisadas pela equipe do Serviço Social com os seguintes atendimentos:

- O estudo da realidade social de estudantes e suas famílias que solicitam matrícula na categoria de renda inferior, contribuindo com a política de inclusão na educação superior;
- O estudo da realidade social de estudantes e suas famílias que solicitam inclusão nos Programas, Projetos e Serviços da PRAE, contribuindo com a permanência;
- Realização de entrevistas sociais e visitas domiciliares como desdobramento do estudo de realidade;
- Acompanhamento da realidade social de estudantes;
- Emissão de encaminhamentos de usuários para os serviços, de relatório social, parecer social, memorandos e ofícios;
- Contribuir na produção de portarias e editais da PRAE;
- Realização de reuniões nas Casas de Estudantes e participação em assembleias organizadas pelos próprios moradores;
- Supervisão profissional de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social, desde os anos de 1991;
- Participação em reuniões, fóruns e eventos no interior da Universidade, e fora; dentre outros;
- Propõe, avalia e pesquisa no âmbito da Política de Assistência Estudantil (PRAE, 2021).

Para além da criação, execução e acompanhamento dos programas, projetos e serviços destinados ao atendimento dos estudantes, os Assistentes Sociais, mesmo

com os muitos desafios, realizam o trabalho cotidiano na dimensão educativa, no sentido de dar respostas profissionais as expressões da questão social, de forma a contribuir na participação coletiva dos estudantes na perspectiva de uma educação emancipatória, é o que a classe que vive do trabalho tanto almeja.

A dimensão educativa no fazer profissional é confirmada e reconhecida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na publicação dos subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação, e afirma o seguinte:

A dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social que caracteriza o trabalho do/a assistente social no campo da educação (CFESS, 2014, 53).

Assim, os assistentes sociais na PRAE desempenham um trabalho importante na política de educação, e trazem uma fundamental contribuição na socialização das informações e dos conhecimentos na defesa da educação como um direito social e universal, enfatizando o processo histórico da categoria, na luta em defesa por uma educação pública e de qualidade.

Esses profissionais trabalham no atendimento as demandas dos estudantes e desenvolvem indicadores que possibilitam verificar o alcance das ações e projetos no sentido de concretizar um de seus principais objetivos, que é contribuir para a permanência saudável e protegida, favorável a conclusão do curso e ao desenvolvimento humano do estudante (UFG, 2019).

Por meio desses indicadores é possível observar a integralização curricular, tanto a atual como a necessária para a conclusão do curso, são indicadores que servem para acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes atendidos e daqueles não atendidos pela PRAE, o que contribui para minimizar as dificuldades dos estudantes oriundos de famílias de baixa renda.

Conforme o Relatório de Gestão do ano de 2019, a PRAE desenvolveu treze programas de atenção ao estudante, aprimorou cinco programas e criou oito programas, os quais foram normatizados.

Dentre os novos programas, o Acolhe UFG tem um papel importante, por ser um programa de acolhimento de estudantes calouros na UFG que objetiva atender os universitários no início da realização de seu curso de graduação presencial, que ingressaram na universidade como cotistas na modalidade renda inferior. O programa

Acolhe UFG constitui-se na isenção total das refeições nos Restaurantes Universitários e no pagamento da Bolsa Calouro.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) realiza uma ação complementar, o Atendimento Emergencial Estudantil, que visa atender demandas emergenciais e urgentes que não possam ser atendidas regularmente nos fluxos e prazos previstos nos editais.

Este atendimento destina-se a estudantes de primeira graduação, presencial, oriundos de famílias de baixa renda, identificados por parecer técnico com justificativa da urgência do atendimento, emitido por profissional de Serviço Social.

O Atendimento Emergencial Estudantil é temporário ao estudante poderá ocorrer nas seguintes modalidades:

Repasse mensal de valor equivalente ao da Bolsa Moradia por tempo determinado e inferior ou igual a seis (6) (*sic*) meses.

Repasse mensal de valor equivalente a Bolsa Permanência PNAES/UFG por tempo determinado e inferior ou igual a três (3) (*sic*) meses.

Repasse mensal de valor equivalente a Bolsa Canguru por tempo determinado e inferior ou igual a seis (6) (*sic*) meses.

Concessão de vinte e quatro (24) (*sic*) grandes refeições mensais nos Restaurantes Universitários da UFG, por um período determinado e inferior ou igual a seis (6) (*sic*) meses. O número máximo, devidamente justificado, é de 44 grandes refeições mensais (UFG/PRAE, 2020, p. 27).

Outra ação é o atendimento em caráter excepcional, destinado a estudantes indígenas e quilombolas que apresentam situação de baixa renda. Esta ação prioriza contribuir para a permanência na graduação de estudantes indígenas e quilombolas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, os quais enfrentam maior dificuldade de adaptação ao ambiente universitário, dadas as diferenças culturais, que podem refletir em uma demanda por prazos maiores para conclusão da graduação (UFG/PRAE, 2020, p. 28).

Nos registros realizados no relatório Diário de Campo, algumas demandas dos estudantes indígenas e quilombolas e o atendimento particularizado às necessidades específicas desses estudantes apontam a demanda de um profissional qualificado que possa intervir na sua realidade social.

Esse atendimento refere-se a uma escuta qualificada, que possa acompanhar esse estudante ao longo da graduação. Isso é necessário pois esses estudantes enfrentam dificuldades em apreender um novo idioma na sala de aula, o que dificulta sua adaptação ao ambiente acadêmico, requerendo assim, um prazo diferenciado

para permanecer e concluir o curso, e evitar a retenção, reprovação e evasão escolar (FREITAS, 2019).

A PRAE conta com quatro serviços de atendimento especializados para o desenvolvimento de suas ações: Serviço Social, Odontológico, Saudavelmente e Nutrição. O Saudavelmente consiste no atendimento social, psiquiátrico e psicológico de estudantes da UFG, a equipe de saúde mental busca realizar um trabalho amplo, com diversas ações, como atendimentos individuais e em grupos, realizam visitas aos locais de estudo e domiciliares, os demais serviços oferecidos aos estudantes, atendem as especialidades específicas.

O Serviço Social, dentre suas várias atribuições, realiza o estudo da realidade social dos estudantes que demandam esses atendimentos e, com base no perfil socioeconômico definido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) analisa as solicitações de inclusão dos estudantes que se candidatam aos editais publicados pela PRAE. Realiza acompanhamento dos estudantes ao longo da sua participação nos programas sociais da PRAE e ainda compõe a Comissão de Matrícula da UFG, coordenando a análise da realidade social dos estudantes, que se candidatam pela cota de Renda Inferior, para ingressarem na Universidade Federal de Goiás (UFG/PRAE, 2020, p. 29).

Pelo segundo ano consecutivo, a Coordenação de Serviço Social participa na Comissão de Análise da Realidade Socioeconômica das matrículas do SISU/UFG. Nesse período foi realizada a contratação de quinze assistentes sociais para esse trabalho. Destaca-se como ponto positivo pois esses profissionais foram essenciais para a redução do tempo de espera dos candidatos, assim como a qualificação do trabalho realizado.

Outros atendimentos especializados como o Saudavelmente, Odontológico e Nutrição trabalham com as seguintes ações:

O Saudavelmente realiza atendimentos individuais e/ou coletivos de estudantes visando promover e restabelecer a saúde mental desses discentes, contribuindo com a permanência e o êxito acadêmico daqueles que podem ou chegam a adoecer durante o tempo em que está vinculado à Universidade.

Contribui com importantes ações e projetos junto às Unidades Acadêmicas, destacando-se os projetos PRAE fazendo onda, Bem viver UFG e cursos de atualização e/ou capacitação para os Coordenadores de Assuntos Estudantis [Unidades Acadêmicas (UA)].

O Serviço Odontológico atende aos estudantes de baixa renda, realizando diversos procedimentos na área de odontologia.

O Serviço de Nutrição acompanha diariamente a qualidade das refeições servidas nos Restaurantes Universitários, validando os cardápios e promovendo uma fiscalização efetivas em todas as etapas, produzindo assim relatórios e pareceres encaminhados tanto à PRAE, como à Comissão de Fiscalização com participação da Pró-Reitoria de Administração da UFG. Desenvolve ações e projetos junto aos estudantes, promovendo a saúde nutricional, principalmente em relação aos moradores das Casas de Estudantes Universitários da UFG (UFG/PRAE, 2020, p. 29).

Cabe ressaltar o compromisso histórico da Coordenação de Serviço Social (CSS) para com a formação dos estudantes de Serviço Social, sendo campo de estágio da própria UFG e, conveniado com a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GOIÁS), recebeu no ano de 2019, oito novas estagiárias, sendo quatro de cada instituição.

Essa Coordenação também participou de todos os Fóruns de Estágio realizados neste ano pela UFG e pela PUC, com experiências e contribuições significativas dos profissionais do Serviço Social.

A supervisão direta de estágio é uma atribuição privativa dos Assistentes Sociais, regulamentada pela Lei 8.662/1993 (BRASIL, 1993). Esse campo de estágio desempenha uma fundamental contribuição no processo de formação profissional e acadêmica dos estagiários, possibilitando experienciar os desafios da profissão perante as desigualdades sociais.

Em 2019, ingressei nesse campo de estágio supramencionado, e registrei no Diário de Campo, como um divisor de águas na minha formação profissional, momento em que a teoria teve o encontro com a prática e possibilitou vivenciar as diversas manifestações da questão social, materializada nas demandas dos estudantes.

Atualmente a equipe técnica da Coordenação de Serviço Social conta com doze assistentes sociais, sendo uma já aposentada e voluntária nesse trabalho e outra que se encontra em licença para cursar o doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A proposta inicial desta monografia era expor o trabalho do Serviço Social junto à Política Pública de Educação Superior na Pró-Reitora de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Goiás (PRAE/UFG), no período de 2018 a 2021. Ao desenvolver a pesquisa com a análise dos documentos disponibilizados, foi possível apreender desafios estruturais e conjunturais.

Em relação aos desafios estruturais, depara-se com o próprio sistema capitalista cuja orientação é o atendimento das necessidades do mercado em detrimento da formação acadêmica estendida à formação intelectual, profissional, artística etc.

A crise do capitalismo contemporâneo junto com a pandemia aumentou a crise conjuntural em todos os níveis econômicos e sociais, tendo como resultado enormes níveis de desemprego, o subemprego, a flexibilização das leis trabalhistas, o colapso na saúde e na educação.

Na saúde, estamos a quase dois anos vivenciando as consequências da pandemia do COVID-19, doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave, que provoca infecções e quadros respiratórios graves. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), o surto dessa doença, constitui emergência de saúde pública de importância internacional, sendo o mais alto nível de alerta da OMS. No dia 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada como uma pandemia. Desvelando assim o caos já existente em todas as esferas econômicas e sociais. Nesse contexto pontua-se o seguinte:

A crise anunciada no ano de 2020 ficara registrada nos anais da história e pelas próprias características da economia atual, as consequências tendem a ser gigantescas e sem precedentes. De acordo com Chesnais (2020), a pandemia da Covid-19 é consequência das relações do capitalismo com a natureza. Trata-se de um choque exógeno, pois o “capitalismo mundial está diante de uma parede. Ele está sendo confrontado por suas consequências sociais, mas também pelas econômicas, pelo aquecimento global e pelas tecnologias dominantes” (FREITAS; ALVES; CARNEIRO; LEMES, 2020, p. 11).

Com a pandemia alargou-se ainda mais a crise já existente no atual cenário, devido as contrarreformas do Estado, como o golpe de 2016 e a Emenda Constitucional 95/2016, que congelou o teto de gastos da União, atingindo diretamente os investimentos em saúde, educação e assistência social.

Da mesma forma houve a contrarreforma trabalhista, com a legalização do trabalho precário em todas as suas modalidades como, trabalho intermitente, remoto e terceirizado. Com essa precarização a classe trabalhadora sofre com as contrarreformas realizadas pelo Estado (FREITAS; ALVES; CARNEIRO; LEMES, 2020).

Na educação não é diferente, a pandemia requer a necessidade do isolamento social e a suspensão das aulas presenciais. Há relatos de estudantes que voltaram para suas cidades, outros trancaram suas matrículas. Nesse momento a Universidade Federal de Goiás (UFG), buscou parcerias para a inclusão digital, conforme o relato integrado de gestão 2020:

A UFG, em parceria com a Associação de Egressos e Egressas da UFG, lançou uma grande campanha de inclusão digital denominada UFG ID, o objetivo foi mobilizar a sociedade para a disponibilização de computadores, tablets e celulares que pudessem atender às necessidades educacionais de grande parte dos estudantes da UFG durante a pandemia. O total de 868 estudantes foram beneficiados pela campanha (UFG, 2020, p. 60).

Ressalta-se, que o Serviço Social é uma profissão que busca a compreensão do significado social de sua inserção na lógica do capital, com percepções sócio-históricas que possam desvelar as possibilidades de ações contidas na realidade da produção e reprodução social.

Tudo isso se materializa no Código de Ética Profissional, na Lei que regulamenta a profissão, nas atuais Diretrizes Curriculares, no conhecimento científico produzido pela profissão e nas dimensões constitutivas, que oferecem ao profissional a possibilidade de leitura dos processos sociais e do significado social da sua atuação, o que permite apreender a dinâmica da vida social na sociedade capitalista, que lhe concede usar a teoria histórico dialética como instrumento de análise da realidade concreta (IAMAMOTO, 2015).

No atual cenário de agravamento conjuntural, juntamente com a crise política brasileira, decorrente do golpe jurídico-parlamentar de 2016, com a destituição da presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente com mais de 50 milhões de votos, segue-se as contrarreformas do Estado acarretando uma dura ofensiva aos direitos da classe trabalhadora, o que aprofunda a desigualdade na riqueza socialmente produzida (RAICHELIS; ARREGUI, 2021).

Diante da pesquisa realizada, o desafio está posto: como garantir educação universal e de qualidade em um sistema de natureza excludente?

Concluimos essa etapa da nossa formação com mais perguntas do que respostas, mas fica o compromisso com o conhecimento e a pesquisa sobre o desvelamento da realidade concreta.

Por fim, sabemos que não há respostas prontas e que estamos vivendo em tempos e situações desafiadoras e adversas. É preciso reiterar o centro das preocupações do Serviço Social no enfrentamento, junto à sociedade, das questões da democracia, da cidadania e dos direitos sociais, de modo a repensar e rever a sua prática, podendo assim assegurar sua contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro**: ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (org). **Marxismo e questão étnico-racial**: desafios contemporâneos. São Paulo: EDUC, 2021.

ALMEIDA, Beatriz Cristina de. O trabalho de assistentes sociais na moradia estudantil universitária da Universidade Federal de Goiás. In: ALMEIDA, Beatriz Cristina de. **O trabalho de Assistentes Sociais na PROCOM/UFG e o Movimento Estudantil/Movimento de Casas de Estudantes**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, Goiânia, 2015.

AMARAL, Nelson Cardoso. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, Goiânia, v. 32, n. 3, p. 653-673, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/70262>. Acesso em: 01 nov. 2021.

ASSIS, Anna Carolina de; SANABIO, Marcos Tanure; MAGALDI, Carolina Alves; MACHADO, Carla Silva. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 4, p. 125-146, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3193/319329765009.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço social**: fundamentos ontológicos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960**. Cria a Universidade Federal de Goiás, e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1960. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3834-C.htm#:~:text=LEI%20No%203.834%2DC,Art.&text=a\)%20Faculdade%20de%20Direito%20de,de%20janeiro%20de%201949\)%3B](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3834-C.htm#:~:text=LEI%20No%203.834%2DC,Art.&text=a)%20Faculdade%20de%20Direito%20de,de%20janeiro%20de%201949)%3B). Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 13 set. 2019.

BRASIL, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Funcionamento da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis no período pandêmico**. Goiânia: UFG, 2020. Disponível em: <https://prae.ufg.br/n/126541-funcionamento-da-pro-reitoria-de-assuntos-estudantis-no-periodo-pandemico>. Acesso em: 19 jun. 2020.

BRASIL, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Assistência Estudantil**. Goiânia: UFG, 2020. Disponível em: <https://prae.ufg.br/p/29489-a-prae>. Acesso em: 19 jun. 2020.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 páginas.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni. Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 10 março 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **O PNE 2011-2020: metas e estratégias**. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf. Acesso em: 05 mai. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 20 de dezembro de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2010. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2010, n. 18, p. 80, 27 jan. 2010. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=80&data=27/01/2010>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2012, n. 169, p. 2, 30 ago. 2012. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=30/08/2012>. Acesso em: 11 set. 2021.

BRANDÃO, Camila Silva. Pragmatismo e Serviço social: **elementos para a crítica ao conservadorismo**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. **Uma breve história da Universidade no Brasil**: de Dom João a Lula e os desafios atuais. Gestão universitária: os caminhos para a excelência. Porto Alegre: Penso, p. 19-42, 2013. Disponível em: <https://statics-submarino.b2w.io/sherlock/books/firstChapter/116717767.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021.

CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito à educação. *In*: CÁSSIO, Fernando (Org.) **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 25-31.

CATINI, Carolina. Educação e empreendedorismo da barbárie. *In*: CÁSSIO, Fernando (Org.) **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 33-39.

COSTA, SIMONE GOMES. **A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil**. *In*: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, Florianópolis, 2009. p. 2-13. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/37031>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CARNEIRO, Sabrine Gabrielle Silva. **Assistência Estudantil na Universidade Federal de Goiás e orçamento no contexto de contrarreforma da Educação Superior 2016-2020**. Monografia (Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/920>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da virada**. CFESS, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM30ANOSDAVIRADACFESSsite.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. CFESS: Brasília, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. CFESS manifesta: **Os impactos do coronavírus no trabalho do/a assistente social**. Brasília, DF. 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

DIAS SOBRINHO, José. BRITO, Márcia Regina. La educación superior en Brasil: principales tendencias y desafíos. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 2, p. 487-507, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/mNnpYLKRWrZNBXcJjp9s8Ph/?format=pdf&lang=es>. Acesso: 19 nov. 2021.

FONAPRACE/ANDIFES. **Revista 25 Anos do Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, 2012.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

FREITAS, Carmiranda Alves de; ALVES, Gabriela Costa Sousa; CARNEIRO, Sabrine Gabrielle Silva; LEMES, Yara Morais de Oliveira. **A PANDEMIA DE COVID-19 E SEUS IMPACTOS: serviço social em defesa da vida meio à crise sanitária**.

Atividade equivalente as horas de estágio em campo. (Coordenação de Estágio em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2020.

FREITAS, Carmiranda Alves de. **Diário de campo referente ao estágio realizado na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Goiás**, Goiânia: PUC Goiás, 2019-2020. [DIGITALIZADO].

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, Yolanda. (orgs.). **A Dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GOMES, Paulo Alcântara. O desenvolvimento brasileiro e a necessidade de formação de recursos humanos. *In*: COLOMBO, Sonia Aparecida Simões; RODRIGUES, Gabriel Mario & Colaboradores (Orgs.), **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Penso, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Viela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LEITE, Josimeire de Omena. **As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil–PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/handle/123456789/16251>. Acesso em: 10 out. 2021.

MACENO, Talvanes Eugênio. **A impossibilidade da Universalização da Educação**. 1. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

MACHADO, Ednéia Maria. Questão social: objeto do serviço social. **Serviço Social em Revista**. Londrina, p. 39-47, 1999. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v2.pdf#page=39>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MENEZES, Luís Carlos de. **Universidade sitiada: a ameaça de liquidação da universidade brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MINAYO, Maria Cecília. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: Minayo_ (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. Serviço Social e Saúde: formação trabalho profissional. São Paulo, 1999. Disponível em: https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PAURA, Simone Giglio. O Serviço Social na Educação Superior. *In*: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Orgs.) **Serviço Social e Educação**. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2020. p. 137-151. (E-book). Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-servico-social-e-educacao>. Acesso em: 01 nov. 2021.

PINHEIRO, Ellana Barros. **A Política de Assistência Estudantil na UFPA: um estudo do Programa de Assistência Estudantil Permanência**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <https://www.ppgss.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Ella%20Barros%20.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2021.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PRAE. **Portal Institucional da Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis**. Goiânia, 2021. Disponível e: <https://www.prae.ufg.br/p/1054-servico-social>. Acesso em: 17 out; 2021.

RAICHELES, Raquel; ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GHRpwQR/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

RODRIGUES, Mario Gabriel; COLOMBO, Sônia Aparecida Simões. Ensino privado: a qualidade e a imagem. In: **Desafios da gestão universitária contemporânea**. São Paulo: Artmed, 2011.

RODRIGUES, Lílian. **A política de assistência estudantil na Universidade Federal de Goiás–UFG**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Franca, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/182457/Rodrigues_L_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 04 ago. 2021.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. RJ: Cortez, 2017.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do Século XX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea) (p.9-58).

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVEIRA; Fernando Lang da. BARBOSA, Marcia Cristina Bernardes. SILVA; Roberto da. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): uma análise crítica. **Revista Brasileira de Ensino em Física**, Rio Grande do Sul, v. 37, n. 1, 1101, p. 1-5, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbef/a/TpSdTxpHR3XBgFttPmgmyPF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2021.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, 2009.

UFG. Universidade Federal de Goiás. **Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Acadêmica (Procom)**. Relatório, 1990. Goiânia: Cegraf, 1991.

UFG. **Estatuto da Universidade Federal de Goiás**. Goiânia, 2013. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1/o/ESTATUTO_da_UFG_2014.pdf. Acesso em: 08 out. 2021.

UFG. **Plano de Gestão 2018-2021**. Goiânia, 2018. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1094/o/Plano_de_Gestao_2018-2021.pdf. Acesso em: 08 nov. 2020.

UFG. **Relato Integrado de Gestão 2018**. Goiânia, 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1094/o/Relato_Integrado_Gestao_UFG_V2.7.1_03-04-2019.pdf?1554329493. Acesso em: 27 mai. 2021.

UFG. **Relato Integrado de Gestão 2019**. Goiânia, 2020. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/349/o/Relatorio_de_Gestao_2019.pdf. Acesso em: 27 mai. 2021.

UFG. **Relato Integrado de Gestão 2020**. Goiânia, 2021. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/349/o/Relato_Integrado_de_Gest%C3%A3o_2020_-_. Acesso em: 27 out. 2021.